

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ENTRE A CASA E A RUA: AS TRAMAS EXISTENCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

ERICLEUSON CRUZ DE ARAUJO

CAMPINA GRANDE-PB
2021

ERICLEUSON CRUZ DE ARAUJO

ENTRE A CASA E A RUA: AS TRAMAS EXISTENCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva.

CAMPINA GRANDE-PB

2021

A663e Araujo, Ericleuson Cruz de.
Entre a casa e a rua: as tramas existenciais de uma instituição para o acolhimento de pessoas em situação de rua / Ericleuson Cruz de Araujo. – Campina Grande, 2021.
105 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação: Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva".
Referências.

1. População em Situação de Rua. 2. Instituições de Apoio e de Passagem – Políticas Públicas. 3. Centro POP. I. Silva, Vanderlan Francisco da. II. Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP). III. Título.

CDU 364-53-058.38(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

ENTRE A CASA E A RUA: AS TRAMAS EXISTENCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

ERICLEUSON CRUZ DE ARAUJO

Defesa da Dissertação em ____/____/____.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva – UFCG

Orientador

_____

Prof.ª Dr.ª Alessa Cristina Pereira de Souza – UFPB

Examinadora Externa

_____

Prof. Dr. José Ferreira Júnior – UFCG

Examinador Interno (Pós-doc)

CAMPINA GRANDE-PB

2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021

CANDIDATO: **Ericleuson Cruz de Araújo**. COMISSÃO EXAMINADORA: Vanderlan Francisco da Silva, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; José Ferreira Júnior, Doutor, PÓS-DOC/PPGCS/UFCG, Examinador Interno e Alessa Cristina Pereira de Souza, Doutora, UFPB, Examinadora Externa. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "*ENTRE A CASA E A RUA: as tramas existenciais de uma instituição para o acolhimento de pessoas em situação de rua*". ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14h30 – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 31 de Agosto de 2021.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

VANDERLAN FRANCISCO DA SILVA, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR, Doutor, PÓS-DOC/PPGCS/UFCG

Examinador Interno

ALESSA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA, Doutora, UFPB

Examinadora Externa

ERICLEUSON CRUZ DE ARAÚJO

Candidato

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato **ERICLEUSON CRUZ DE ARAÚJO**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.

Documento assinado eletronicamente por **Alessa Cristina Pereira de Souza**, **Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **VANDERLAN FRANCISCO DA SILVA**, **PROFESSOR 3 GRAU**, em 01/09/2021, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA**, **SECRETARIO**, em 01/09/2021, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ FERREIRA JÚNIOR**, **Usuário Externo**, em 01/09/2021, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **Ericleuson Cruz de Araujo**, **Usuário Externo**, em 01/09/2021, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade, informando o código verificador **1740217** e o código CRC **2E8BEAEC**.

O pequeno pedinte

Tinha oito anos!
A pobrezinha da criança sem pai nem mãe, que vagava pelas ruas da cidade pedindo esmola aos transeuntes caridosos, tinha oito anos.
Oh! Não ter um seio de mãe para afogar o pranto que existe no seu coração!
Pobre pequeno mendigo!
Quantas noites não passara dormindo pelas calçadas exposto ao frio e à chuva, sem o abrigo do teto!
Quantas vergonhas não passara quando, ao estender a pequenina mão, só recebia a indiferença e o motejo!
Oh! Encontram-se muitos corações brutos e insensíveis!
É domingo.
O pequeno está à porta da igreja, pedindo, com o coração amarguarado, que lhe dêem uma esmola pelo amor de Deus.
Diversos indivíduos demoram-se para depositar uma pequena moeda na mão que se lhes está estendida.
Terminada a missa, volta quase alegre, porque sabe que naquele dia não passará fome.
Depois vêem os dias, os meses, os anos, cresce e passa a vida, enfim, sem tragar outro pão a não ser o negro pão amassado com o fel da caridade fingida.

(Gracilliano Ramos, 1904).

Dedico a Maria Nasareth, a quem chamo de mainha, por estar sempre comigo. Para que Ester, Luiz, Davi, João e as próximas gerações acreditem nas oportunidades e construam a manhã desejada.

AGRADECIMENTOS

Eu sou um dos que tiveram a vida transformada graças à oportunidade da educação. Sou o primeiro da minha família a concluir uma pós-graduação. O meu pai até hoje me pergunta o que eu faço. E não me canso de respondê-lo: é mestrado, painho. A universidade sempre foi a ele negada. E foi negada aos pais dos meus pais. O diploma que carrego é muito mais que um pedaço de papel: é a constatação palpável de que as políticas de transferência de renda ou de que as cotas nas universidades para egressos de escolas públicas dão certo. É por isso que hoje posso estar aqui. No presente nebuloso, olho para o futuro e me apego à esperança de que amanhã há de ser outro dia. Ademais, eu não ando só.

Agradeço a quem chamo de Deus, que é o meu ponto de partida e de chegada, quem me abençoa e me permite seguir.

Agradeço aos meus familiares e amigos, pelo apoio, torcida, orações e afeto.

Agradeço a Raphaella Ferreira, a minha irmã, companheira de caminhada e de vida, por ter vindo primeiro e ter permitido que eu a acompanhasse desbravando novos caminhos.

Agradeço ao meu orientador, que tem a minha admiração pelo profissional docente, servidor público e pela pessoa que é, o Prof. Vanderlan Silva. Por sua generosidade e acolhimento desde o início da pesquisa, pelo comprometimento, por ter acendido luzes e aberto caminhos, serei sempre grato.

Agradeço a Prof. Alessa Souza e ao Prof. José Ferreira Jr, pela disponibilidade, por cada apontamento e contribuição para o desenvolvimento da pesquisa após o Exame de Qualificação.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Sociatos, por cada reunião, café, partilha de vivências, experiências e, principalmente, por cada contribuição à pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal de Campina Grande, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, aos professores que colaboraram com a minha formação, pela oportunidade. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço à Secretaria de Assistência Social do Município de Campina Grande. À Coordenação do Centro de Referencia Especializado para a População em Situação de Rua em Campina Grande, pela solicitude e apoio.

Agradecer. Ter o que agradecer, louvar e abraçar. Finalizo ainda ao som da voz de Maria Bethânia: *começaria tudo outra vez, se preciso fosse.*

ENTRE A CASA E A RUA: AS TRAMAS EXISTENCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Resumo: A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída no Brasil no ano de 2009, fez surgir o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro POP. A instituição foi pensada para ser uma casa destinada temporariamente às pessoas que, egressas dos múltiplos contextos urbanos, aceitam ser acompanhadas pelos serviços típicos da Assistência Social prestada pelo poder público. A Política Pública tem o objetivo de organizar a vida social dos assistidos por ela em um espaço físico, por um período determinado de tempo, para que transitem da situação de rua ao padrão convencional de vida autorizado pela sociedade, através de um processo de transformação que adotada em seu ínterim um papel provisório – o de "usuário" – a ser desempenhado dentro dos limites geográficos do Centro. A presente dissertação é referente à pesquisa que aconteceu em uma das unidades da instituição Centro POP, no município de Campina Grande-PB. Nesse toar, o Centro POP e suas representações, como unidade de análise, permite, a partir de um recorte espacial, a compreensão das configurações peculiares que são estabelecidas pela Política Pública, que constitui, na instituição pensada para ser uma casa, formas próprias de habitar; e permite, a partir das suas margens, tornar mais compreensível a sociedade e os seus inacabamentos. As relações tecidas nas liminaridades e interseções entre o público e o privado compõe as tramas existenciais da instituição.

Palavras-chave: Instituições; População em situação de rua; Centro POP.

BETWEEN THE HOUSE AND THE STREET: THE EXISTENT PLOTS OF AN INSTITUTION FOR THE ACCOMMODATION OF PEOPLE IN STREET SITUATION

Abstract: The National Policy for the Homeless Population, instituted in Brazil in 2009, gave rise to the Specialized Reference Center for the Homeless Population – POP Center. The institution was designed to be a house temporarily destined for people who, coming from multiple urban contexts, accept to be accompanied by the typical services of Social Assistance provided by the government. Public Policy aims to organize the social life of those assisted by it in a physical space, for a certain period of time, so that they can transition from the street situation to the conventional standard of living authorized by society, through a process of transformation that adopted in its interim a provisional role – that of "user" – to be played within the geographical limits of the Center. This dissertation refers to the research that took place in one of the units of the institution Centro POP, in the city of Campina Grande-PB. In this sense, the POP Center and its representations, as a unit of analysis, allow, from a spatial perspective, the understanding of the peculiar configurations that are established by Public Policy, which constitute, in the institution thought to be a house, its own forms of dwell; and it allows, from its margins, to make society and its unfinished business more understandable. The relationships woven into the liminalities and intersections between the public and the private make up the institution's existential plots.

Keywords: Institutions; Homeless population; POP Center**;**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Da esquerda para a direita, uma estagiária da instituição auxilia três usuários no preenchimento de uma ficha de informações. Ao fundo, quadro de avisos com horários e atividades. 51
Figura 2: Registro de Oficina com a equipe pedagógica da instituição. 51
Figura 3: Alertas dos protocolos de segurança. 55
Figura 4: Registro de dedetização no Centro POP. 56
Figura 5: Ponto de higienização para a lavagem de mãos. 56
Figura 6: Registro de minicurso oferecido por estagiários do Centro POP. 58
Figura 7: Organograma para ilustrar os serviços disponibilizados na instituição. 61
Figura 8: Registro de abordagem realizada em 16/01/2020, na Praça da Bandeira, em Campina Grande. 64
Figura 9: Registro de abordagens realizadas em 03/0/2020, na Rodoviária Velha e Rua Venâncio Neiva, em Campina Grande, respectivamente. 65
Figura 10: Placa e avisos da entrada da instituição. 66
Figura 11: O corredor da entrada e o caminho pronto para ser trilhado. 66
Figura 12: Os armários. 69
Figura 13: A câmera pela qual o coordenador vê na palma da mão tudo o que está acontecendo. 71
Figura 14: A cozinha. 73
Figura 15: O refeitório. 73
Figura 16: A higienização. 75
Figura 17: Os banheiros. 75
Figura 18: Proibido ficar sem camisa. 76
Figura 19: O quarto de dormir feminino. 76
Figura 20: O quarto de dormir masculino. 77
Figura 21: Fila. 81
Figura 22: Recursos lúdicos. 82
Figura 23: Lugar de metas e de leitura. 82
Figura 24: Nuvem de palavras. 86
Figura 25: O usuário que chegou até sua casa (2019). 91
Figura 26: Recorte de Jornal. 101
Figura 27: Recorte de Jornal. 101
Figura 28: Recorte de Jornal. 102
Figura 29: Recorte de Jornal. 102
Figura 30: Inauguração do Centro POP em Campina Grande (2014). 103
Figura 31: Mapa da região central de Campina Grande. 103
Figura 32: Registro de atividade pedagógica com os usuários no Centro POP. 104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
CAPÍTULO 1.0 – CENTRO POP: DA POLÍTICA PÚBLICA ÀS FORMAS PRÓPRIAS DE HABITAR 22
1.1 A CASA COMO UMA PROVIDÊNCIA E O CAMINHO PRONTO PARA TRANSFORMAÇÃO 30
1.2 POR TRÁS DO PORTÃO GRADEADO: QUEM SÃO OS USUÁRIOS? 35
CAPÍTULO 2 – A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: DO OBJETO AO MÉTODO 43
2.1 DAS ADVERSIDADES ÀS ALTERNATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 52
2.2 O JOGO: AS REGRAS ENTRE O PESQUISADOR E O CAMPO 57
CAPÍTULO 3.0 – POR DENTRO DA CASA: O CONFISCO DAS RUAS E A EXPERIÊNCIA DE UM ESPAÇO LIMINAR 64
3.1: "*É TUDO DO BOM E DO MELHOR*": O REFEITÓRIO, A HIGIENIZAÇÃO E OS QUARTOS DE DORMIR 72
3.2 "*A GENTE FAZ DE TUDO PRA QUE ELES QUEIRAM FICAR*": REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DA OBEDIÊNCIA 80
3.3 "*É A DROGA*": SE JÁ TEMOS UMA RESPOSTA, QUAL(IS) SERIA(M) A(S) QUESTÃO(ÕES)? 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS 92
REFERÊNCIAS 97
ANEXO I – FIGURAS E RECORTES DE JORNAIS 101
ANEXO II – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS 105

INTRODUÇÃO

Uma reportagem do Jornal "O Globo" (Anexo 01), na edição do dia 19 de junho de 1952, na página 05, um dos principais veículos de comunicação do país na época, repercutiu a prisão de uma mulher, encontrada por agentes policiais perambulando por alguma rua da cidade de São Paulo, identificada como Maria das Dores, enquadrada na legislação que tipificava a vadiagem como contravenção penal. A prisão virou manchete dos principais jornais não por outra razão, senão por uma curiosidade ou inconveniência: após ser encaminhada ao "Depósito de Presos", espancada e ter o seu processo por vadiagem instaurado, foi esclarecido que, na verdade, a jovem era empregada na residência de um Juiz de Direito Criminal da cidade, fazendo com que ela fosse colocada em liberdade, por não se tratar de uma "vadia". A manchete da matéria, em destaque, dizia "Prendeu, espancou e processou por vadiagem a empregada do juiz".

O resgate do fato noticiado remonta ao procedimento que era comumente adotado por autoridades de segurança pública, a partir da legislação da época, para situações como o ato de andar habitualmente pelas ruas sem fins esclarecidos, durante os últimos séculos. A pessoa que se encontrasse em ociosidade habitual estava sujeita às sanções penais aplicáveis. Nas entrelinhas da legislação, no mundo da realidade dos fatos, a possibilidade de sofrer agressões físicas, como as sofridas pela jovem da situação noticiada, era eminente.

Desde antes da proclamação da República no Brasil, foi atribuída à legislação penal a contenção e repressão à presença nas ruas dos que eram identificados por agentes do Estado como mendigos, ébrios, vadios e capoeiras, para utilizarmos os termos do primeiro Código Criminal do Império do Brazil, sancionado por Dom Pedro I. Em comum, essas pessoas não tinham uma ocupação validada pelo poder operante, esse expressado pela força estatal.

> Em tal conjuntura, a perseguição e repressão da vadiagem podem ser entendidas como uma das formas de controle que se realizava sobre a massa de indivíduos aparentemente heterogênea (bêbados, prostitutas) que estava, porém, umbilicalmente conectada ao fenômeno da escravidão, organizador da estrutura social da colônia e do império. Aqui reside certa peculiaridade da experiência brasileira, na sua tentativa de realizar aquilo que Koerner (2001; 2006) descreveu como "o impossível panóptico tropical escravista", ou seja, o esforço de incorporar as técnicas de controle, vigilância e punição, apoiadas na estrutura econômico-social capitalista e no trabalho livre, à estrutura agrário-escravista. (TEIXEIRA; SALLA; MARAINHO, 2016).

A penalização notadamente operava como um mecanismo de controle e correção à população que crescia exponencialmente às margens das transformações sociais que emergiam, principalmente as relacionadas à economia, ao surgimento dos novos meios de produção, das grandes guerras, crises financeiras, secas, fluxos migratórios, novas demandas e tecnologias que teciam as estruturas da sociedade. Nesse contexto, os ociosos e excluídos desses processos passaram a configurar a paisagem dos grandes centros urbanos que surgiam.

Apenas no ano de 2009, após vinte e um anos da anunciada redemocratização do país, a "Lei da vadiagem" foi revogada, em contemplação a sua incompatibilidade com o modelo democrático de direito preponderante no mundo ocidental. A abolição tardia dos que a legislação tratava como vadios, mendigos, ociosos ocupantes das ruas, evidencia as chagas sociais peculiares aos processos de formação do Brasil, bem como as tendências de suavização das penas e novos parâmetros de controle social.

Nesse sentido, a partir de uma mudança de paradigmas, as pessoas, que antes representavam uma ameaça à ordem social, passaram a ser compreendidas por novas categorias, através de balizas instituídas a partir de políticas públicas, mais especificamente a Política Nacional Para a População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009).

Não encontramos, nem mesmo na bibliografia especializada, um conceito único e definitivo de política pública. No entanto, considerando as duas principais correntes de pensamento, a que se diz estatista (Heclo, 1972; Hamesh, 2003) e a multicêntrica (Kooiman, 1993; Regonini, 2001), para o nosso esforço reflexivo apreendamos que ambas têm em comum que se trata de diretrizes elaboradas para o enfrentamento do que é considerado um problema, possuindo como elementos fundamentais a intencionalidade pública e a resposta a um problema público (SECCHI, 2010).

A ociosidade, que caracteriza grupos populacionais como os que vivem em situação de rua, ainda que não mais penalizada nos termos da lei, continua categorizada como um problema a ser enfrentado pelo poder público, o que muda é a forma como este fenômeno é percebido e enfrentado. Um dos principais elementos que norteia a Política para a População em Situação de Rua é o fato de se destinar a pessoas que

comungam de formas próprias de habitar espaços públicos, como praças, calçadas ou ruas, distantes do padrão de vida organizado em uma casa convencional.

Uma das formas eleitas pelo poder público para o enfrentamento do que ele entende como um problema, através da política pública, é a criação do Centro de Referência Especializado para a População em Situação Rua – Centro POP, que foi criado na gestão do então Presidente Lula (2003-2011), na sequencia de um conjunto de ações em um contexto político de busca pelo desenvolvimento social e diminuição das desigualdades, sendo o objetivo principal do Estado "reintegrar" essa população à sociedade. Segundo o portal do Ministério do Desenvolvimento Social, o referido Centro trata-se de:

> "uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. Deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua, devendo representar um espaço de referência para o convívio social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito".

Desse modo, a referida política considera que a pessoa em situação de rua encontra-se à margem da sociedade, fato capaz de produzir uma identidade socialmente construída que é a ela atribuída: a situação de rua. O tipo de serviço prestado pelo Centro POP, além de se colocar como um instrumento para garantir o acesso a meios de subsistência, como alimentação, roupas e moradia, como preconizam as diretrizes da política, se mostra um mecanismo de reconfiguração, ou reestruturação, dos múltiplos contextos vivenciados pelos seus assistidos, considerando a pretensão de que os mesmos deixem a situação de rua para assumirem novos papeis na sociedade.

No caso de Campina Grande, na Paraíba, o Centro POP é uma instituição articulada pelo aparelho público municipal, considerando as diretrizes da política pública nacional, que se anuncia como unidade de acolhimento à população em situação de rua, onde os serviços oferecidos vão desde os atendimentos iniciais até à moradia provisória, por onde a instituição teria a função de mudar a realidade social dos seus assistidos.

Nesse sentido, surge uma estrutura, a instituição, que mantém a prestação de serviços que compreendem desde a busca ativa, quando uma equipe de profissionais vai às ruas a procura de pessoas passiveis à ação pública, à triagem realizada na unidade do

Centro POP, quando são registrados os dados dessas pessoas e o direcionamento a demais serviços assistenciais entendidos e sistematizados como necessários. Nesses percursos, entre as ruas e a instituição, as pessoas que se encontrem em situação de rua são convidadas a transitarem por um processo, ambientando no Centro POP, que tem a pretensão de realinhar os seus parâmetros de vida aos adotados e autorizados pela sociedade.

A instituição foi planejada para ser uma alternativa à situação de rua, através do acolhimento institucional, se estruturando como uma casa provisória para quem dela venha a se utilizar, com quartos, banheiros, cozinha e uma rede própria de relações que se estabelecem nela e são a partir dela estabelecidas.

A pessoa acolhida pela política pública passa a habitar o espaço da instituição que foi pensada para ser uma casa, em substituição à vida habitada nos múltiplos contextos das ruas. A pretensão da política pública é a transformação da realidade social dos seus assistidos, sendo o primeiro passo nesse processo transformativo o oferecimento de uma casa, para que possam a partir dela mudar os hábitos nas suas vidas e realinhá-los aos atos autorizados e esperados pelos indivíduos em sociedade. Ao fazer isso, a política reconhece e reforça as distinções que são feitas no mundo social entre certo e errado, limpo e sujo, segurança e perigo etc.

A casa como convencionalmente conhecida costuma ser o ambiente reservado para as relações privadas, o desempenho das relações de parentesco e de vizinhança, onde a vida é organizada. A instituição Centro POP, pensada para ser uma casa, remetendo a elementos próprios de um espaço privado, como os quartos de dormir, é mantida por uma estrutura própria da administração pública, como servidores, normas e o espaço vigiado, o que justifica as peculiaridades do seu espaço e suas formas de habitar. A unidade do Centro POP, nesse sentido, pretende ser uma casa destinada por tempo provisório às pessoas egressas da situação de rua, como um espaço onde se ambienta a experiência transicional da vida nas ruas ao que a política chama de “ressocialização”.

Ao ingressar na instituição, todos os assistidos não são tratados como pessoas em situação de rua, mas como “usuários” da política pública, como um anúncio da morte à vida anterior, elemento que evidencia um processo transicional que pretende a

transformação da vida a partir da adoção de um espaço físico e de um papel, o de usuário, que atendem aos pressupostos da liminaridade, em referência aos ritos de passagem das contribuições de Van Gennep e Victor Turner.

No ínterim entre as ruas e a vida convencionalmente organizada, é possível identificar que há relações interacionais que são inerentes ao processo institucionalizado que envolve as rupturas entre a situação de rua, a permanência na unidade e a pretendida 'reintegração' ou 'ressocialização' à sociedade, ambientadas no Centro POP. Em que pese a perspectiva institucional da política pública de ser uma alternativa à população em situação de rua, como ressalta SILVA (2008, pág. 40), "sob a égide de uma certa lógica, ninguém renasce sem antes ter morrido".

No Estado da Paraíba, até então, há seis unidades do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, sendo uma delas na cidade de Campina Grande, onde a instituição é articulada pelo aparelho público municipal, considerando as diretrizes da política pública nacional. O primeiro contato com essa unidade se deu no ano de 2016, em razão da realização de um projeto de iniciação cientifica que tive a oportunidade de participar como aluno de graduação. De lá para cá, foram inúmeras visitas, conversas com coordenadores, com os usuários, na tentativa de captar ao máximo possível a instituição e as suas singularidades.

Desde as primeiras impressões, um dos elementos que salta aos olhos, em relação ao Centro POP, é o seu pouco tempo de existência, considerando a abolição tardia dos que um dia a legislação brasileira já penalizou como vadios. Como uma instituição nova, é comum que muitos não tenham conhecimento de sua existência ou que poucos trabalhos a tenha como objeto de pesquisa. De todo modo, este trabalho parte de referenciais teóricos consolidados na perspectiva das Ciências Sociais, como a compreensão dos indivíduos desviantes (Becker, 2008), as categorias de população excedente e de consumidores falhos propostas por Bauman (2005; 2007), as concepções de estigma e a construção da identidade social dos indivíduos (Goffman, 1988), bem como, mais especificamente, pelas categorias oferecidas por Mary Douglas que nos ajudam a pensar a dimensão simbólica da vida social.

Nesse sentido, as trilhas conceituais permitem a compreensão do Centro POP além de qualquer perspectiva monocular. Como fruto de um processo de suavização das

penas, da prevalência do estado e do sujeito de direito no mundo ocidental contemporâneo, a instituição toma para si a função orgânica de acolher, ou concentrar, em um espaço físico as pessoas em situação de rua que voluntariamente aceitem a assistência prestada pelo Estado, em constituição às novas formas de controle social, em detrimento da penalização e castigos físicos que, ao menos formalmente, deixaram de existir.

Por muito tempo no Brasil, desde códigos imperiais, a legislação penalizou quem se encontrasse em ociosidade. A política de repressão ao que o estado brasileiro considerava vagabundagem não condizia com as precariedades das condições de trabalho no período contemporâneo à industrialização tardia do país, muito menos com marcadores como o elevado número de desempregados, complexidades acentuadas pelos históricos registros de desigualdades sociais que perseguiram as transformações na sociedade. O Centro POP foi instituído considerando os novos parâmetros de controle social.

A política pública reforça a organização da vida social no âmbito privado da casa convencional, tanto é que o Centro POP o tem como referência. Na unidade em Campina Grande, estruturada para ser uma casa, os usuários têm quartos para dormir, banheiros para tomarem banho e cuidarem da higiene pessoal e cozinha para que possam fazer refeições em horários regulares. No entanto, diferentemente de uma casa tradicional, a instituição é controlada pela administração pública, monitorada e operacionalizada por servidores públicos, como assistentes sociais, advogados, educadores sociais, cozinheiras e vigilantes. Como fábrica de novos sujeitos, o Centro pretende ser uma ponte entre o que considera a desordem da vida habitada nas ruas e o modelo de vida autorizado e perseguido.

Ainda que tenha sido elaborada com intenções definidas, como ressalta DaMatta (1997), o espaço da rua e o da casa não se misturam sem que se crie algum tipo de conflito. Mesmo o ingresso no Centro sendo voluntário, após atravessar o portão de entrada, a pessoa egressa da situação de rua passa a ter sua vida administrada pela instituição, ao menos pelo tempo em que estiver morando na unidade, devendo obedecer às regras e incorporar o espírito da instituição, ainda que a experiência da pesquisa revele que não se trata de um processo simples, mas complexo, com ruídos e inacabamentos.

A trama existencial do Centro POP entrega que, tal como o louco não é anterior ao hospício como anuncia a história da loucura, como um rito de iniciação, as pessoas em situação de rua que cruzam os portões da instituição são ensinadas a serem usuários. O papel provisório, desempenhando durante a passagem pela instituição, é configurado pela política pública para ser uma prévia da vida convencionalmente estruturada que se pretende alcançar. Para isso, cada profissional desempenha uma função estratégica, do controle da entrada e saída pelo vigilante, à autoridade hierárquica da coordenação, à escolha do cardápio e preparação dos alimentos pelas cozinheiras, à pedagogia dos educadores sociais que ministram oficinas sobre cidadania ou cursos profissionalizantes, ambicionando a obediência e a disciplina dos usuários e que deles sejam extraídas as suas utilidades máximas e as condições de posturas convencionais e autorizadas na sociedade, como a vida organizada em uma casa e a dedicação ao trabalho.

Nesse sentido, o espaço é como um palco para o ensaio da vida cotidiana, com cenário, atores e enredo. O que salta aos olhos, nesse contexto, é o que acontece nos bastidores, na articulação da equipe para a fidelidade ao roteiro, formalmente representado pelas diretrizes da política pública, ainda que destaquemos os improvisos, as informalidades, o que muitas vezes acontece no “off” da instituição pensada para ser uma casa, diante da complexidade das relações tecidas nas interseções entre o público e o privado, onde os que vigiam e administram também são a todo o tempo vigiados e administrados.

Com relação à metodologia, tratou-se de pesquisa de cunho qualitativo, que se utiliza das técnicas da experiência etnográfica, por contribuições teóricas e metodológicas que são referenciadas ao longo do trabalho, por análise descritiva, bem como a mobilização de recursos como a entrevista, registro fotográfico, dados secundários e observação participante. Na sequência, o primeiro capítulo é dedicado à descrição da instituição e as suas formas próprias de habitar. O segundo capítulo é destinado à abordagem metodológica para a realização da pesquisa, incluindo os percursos, desafios e alternativas para a realização da pesquisa em contexto adverso. O terceiro é dedicado à exploração com mais detalhes das relações estabelecidas entre a instituição Centro POP e os agentes que o operacionalizam, bem como as análises sobre as formas confiscatórias das ruas e a experiência da unidade como um espaço liminar.

Entre os desafios enfrentados para a sua execução, parte do desenvolvimento da pesquisa foi atravessada por um momento sem precedentes na história recente: a pandemia da Covid-19. Ao tempo em que escrevia a primeira parte do que se tornaria esta dissertação para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, me limitava a algumas incertezas e me apegava às possibilidades de alternativas metodológicas para a conclusão do trabalho. Recorro às técnicas da etnografia para fazer as descrições das incursões em campo, oportunizada pelas leituras e reflexões sobre como instrumentalizar a abordagem pretendida, considerando a profundidade exigida pela complexidade do campo, como também os desconhecimentos pelos quais partem os etnógrafos, como observamos em trabalhos etnográficos sobre os quais temos conhecimento (MALINOWSKI, 1922; PRITCHARD, 1940; BERREMAN, 1987; SILVA, 2008; AGIER, 2015).

O Centro POP e suas representações, como unidade de análise, permitem, a partir de um recorte espacial, a compreensão das configurações peculiares que são estabelecidas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, como a ocupação negociada do espaço pelo trabalho de convencimento à permanência na unidade e a pedagogia de convencimento e obediência às suas diretrizes, para que a vida cotidiana seja ensaiada e o futuro seja pavimentado; relações tecidas nas liminaridades e interseções entre o público e o privado, que constitui formas próprias de habitar e gerenciar a vida social, compondo a trama existencial da instituição.

CAPÍTULO 1.0 – CENTRO POP: DA POLÍTICA PÚBLICA ÀS FORMAS PRÓPRIAS DE HABITAR

> "*A ambição dos homens por uma parte, e pela outra a vaidade, tem feito da terra um espetáculo de sangue: a mesma terra que foi feita para todos, quiseram alguns fazê-la unicamente sua*".
>
> (Matias Aires, 1752).

No segundo semestre de 2016, uma campanha da Prefeitura Municipal de Campina Grande, orientava a população para a não doação de esmolas aos pedintes concentrados pelas ruas da cidade. Nessa época, quando eu cursava a graduação em direito, participei de um debate sobre a possibilidade da proibição à circulação de pedintes nas ruas, mais especificamente aos que utilizavam carros de som em suas estratégias, similar aos utilizados por lojas para anúncios em propaganda volante. Talvez o interesse pelas disciplinas introdutórias à Sociologia e à Antropologia tenham me oportunizado a adentrar em discussões como essa com cuidado, diante de certo desconforto com respostas ou soluções simples para questões complexas.

A campanha ainda acontece, sendo hoje intitulada de "A outra face da moeda: campanha educativa contra a esmola". Os debates na universidade fizeram surgir um projeto de iniciação científica financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), pelo qual me iniciei na atividade de pesquisa como aluno bolsista. Cito a fonte de financiamento da pesquisa não por outra razão: este é um trabalho que muito provavelmente não estaria acontecendo, senão pelo estímulo obtido através da oportunidade de fomento à produção científica.

A pesquisa com pessoas em situação de mendicância em Campina Grande/PB me levou até à Secretaria de Assistência Social do município em algumas ocasiões, na maioria delas para a coleta de dados referentes à gestão local dos serviços assistenciais disponibilizados. Foram inúmeras visitas a instituições como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e CREAS, ao Ruanda, que é um programa de abordagem social de crianças e adolescentes mantido pelo município, até descobrir a existência do que me relataram ser uma casa para as pessoas em situação de rua.

Munido de informações como o endereço, nome e telefone do coordenador a época, bem como de uma autorização concedida por uma diretora de assistência social

do município para uma visita a tal casa, me dirigi à instituição e me identifiquei como pesquisador. Foi o primeiro contato com a unidade física onde se executa a Política Nacional para a População em Situação de Rua: o Centro POP.

A unidade da instituição, que tinha se instalado recentemente nesse espaço físico, de longe parecia uma casa convencional. De perto, a cerca elétrica, as câmeras de segurança, o cadeado no portão e o segurança controlando a entrada e a saída das pessoas era a primeira demonstração de que não se tratava de uma residência convencional no centro da segunda maior cidade do estado da Paraíba.

No interior do imóvel, placas sinalizam cada ambiente e orientam os acessos de entrada e saída. A apresentação do espaço ficou por conta de uma das coordenadoras, a mesma que viria a se tornar uma das principais fontes das informações colhidas para o desenvolvimento deste trabalho e responsável pela abertura de alguns atalhos dentro do novo universo a ser desbravado, que terá aqui o seu nome preservado, como todos os demais entrevistados na oportunidade. Primeiro, a sala da triagem, onde é feito o atendimento inicial aos que chegam; ao lado, a sala da coordenação, com uma placa informando o acesso restrito aos funcionários; mais a frente, a sala onde é feito o atendimento psicológico e jurídico; ao meio, uma sala ampla, com mesas, sendo o refeitório; ao fundo, um portão gradeado dava acesso aos quartos.

Ouvi algumas explicações sobre o espaço. Em síntese, o Centro POP é definido pela política como assistência social de média complexidade, àquela destinada às pessoas consideradas em situações eleitas pelo poder público como de risco pessoal e social, pela constatação de violações a direitos sociais básicos, como a falta de moradia, alimentação ou trabalho. No caso de Campina Grande, a assistência disponibilizada é definida como de alta complexidade, pelo fato da instituição oferecer o serviço de acolhimento institucional em tempo integral, com o ingresso da pessoa que aceita morar provisoriamente na instituição.

Ainda que o ingresso na instituição seja voluntário, é possível identificar que o Poder Público tenta convencer a pessoa que se encontre nessa situação a aceitar a prestação do serviço disponibilizado, inclusive atuando para dirimir as possibilidades de subsistência nas ruas, como a iniciativa da campanha para a não doação de esmolas registrada pela pesquisa desde 2016, ou através das fiscalizações nas vias públicas.

Nesse sentido, o Centro funciona como uma moradia provisória. O lugar foi pensado para ser uma casa, destinada temporariamente a essa população, configurando uma forma própria de habitar e ambicionando organizar a vida social dos seus assistidos em um espaço físico, para que transitem da condição de rua ao que seria o padrão convencional de vida, através de um processo de rupturas e transformações. No ano da primeira visita, obtive relatórios da administração que registraram a quantidade de pessoas atendidas pelo serviço, que utilizaram a instituição como moradia. Pelos registros oficiais do ano da primeira visita, em 2016, foram acolhidas 104 (cento e quatro) pessoas. Soube pela coordenadora que, na prática, não há tempo definido para a permanência na unidade, que cada uma delas passa em média de até três meses, tempo em que em tese os desdobramentos da Política acontecem.

O Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Pública, considera a população em situação de rua como:

> o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A unidade de acolhimento como moradia provisória a qual ele se refere é o Centro POP. Quando leio sobre heterogeneidades, me recordo de algumas situações que acompanhei na unidade, como o caso de um uruguaio que desejava voltar ao seu país, quando vi a chegada de um grupo de quatro pessoas que se declaravam indígenas, ou quando ouvi a reivindicação de um educador social para se discutir adaptações no ambiente para o acolhimento da população LGBTQI+. O próprio cotidiano do Centro anuncia a complexidade das demandas por ele suportadas.

Entre muitos estudos sobre culturas, identidades, conflitos e sociabilidades no contexto urbano, a pessoa que vive em situação de rua, identificada como aquela que está em condições de extrema carência material, não conseguindo prover para si as condições mínimas de salubridade e conforto por meios próprios, se valendo de meios extremos, como o ato de pedir, habitualmente, esmolas ou auxílio de qualquer natureza a terceiros, configura a própria paisagem das cidades. As razões que resultam nessa situação são manifestamente complexas, podendo advir de várias questões, como

psicológicas, financeiras, de rompimento dos vínculos familiares ou de vícios, por exemplo (SAMBU, 2014).

Nessa linha, a pessoa que não segue o padrão de vida adotado, quase sempre imposto, pela sociedade como adequado, torna-se o que Becker (2008) delineou como desviante, ou *outsider*. A teoria do desvio trata dos indivíduos que, como no caso das pessoas em situação de rua, não reproduzem os comportamentos esperados, servindo por vezes como parâmetro de fracasso, ou inferioridade, do que não deve ser seguido.

> Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos, e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas". Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é um outsider. (BECKER, 2008, pág. 15).

Não se distanciando dessa linha de pensamento, Bauman (2005) identifica na carência dos meios necessários para a sobrevivência dos indivíduos um fomentador das deteriorações, ou perda da autoestima que caracteriza essas pessoas, compreendidas como "população excedente", termo utilizado para expressar que nem todos conseguirão ocupar a posição desejável na sociedade, dada as disparidades das relações. Para o autor, essa pessoa se torna um sujeito passivo ao qual é destinado o que sobra das elites privilegiadas e das migalhas oferecidas pelo Estado na forma de política assistencial.

Nesse sentido, no recorte aqui pretendido, a trajetória que leva a pessoa à situação de rua é caracterizada por múltiplos fatores, mas principalmente pela exclusão social, pela miserabilidade e a consequente marginalização, marca essa que pode, no dizer de Goffman (1988), ser denominada de estigma.

O termo "estigma" tem origem grega e, inicialmente, referia-se a sinais corporais extraordinários ou males acerca do status moral de alguém, como cortes e marcas de fogo, os quais eram utilizados para se identificar escravos, criminosos ou traidores. Atualmente, para alcançarmos uma definição dessa palavra, algumas considerações precisam ser feitas no que se refere à identidade social do indivíduo, que consiste na categorização e atributos identificados quando um estranho se apresenta, podendo ser

virtual, quando a análise é feita em potencial; e real, quanto àqueles atributos que o indivíduo prova possuir, pelas contribuições do teórico:

> Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1988, p.12).

Nesse contexto, na maioria das vezes, essa pessoa é taxada, estigmatizada, como uma pessoa sem mérito, sem valores na sociedade, inferiorizada pela situação em que vive, acarretando conflito entre os grupos da sociedade que possuem um *status* social diferente, evidenciando os marcadores da diferença social. A partir desse diagnóstico, as sociedades contemporâneas têm creditado a dissolução dessas discrepâncias ao poder público, através de políticas públicas e ações de suas instituições no enfrentamento às vulnerabilidades sociais.

A vulnerabilidade social tem sido pensada por várias colaborações teóricas como conceito complexo, mas a sua análise estaria intimamente ligada à carência de acesso aos meios materiais, pela diferença entre a capacidade de produção de bens e aparatos para consumo e as restrições ou critérios desiguais para acesso a esses. Nessa diferença consistiriam as deteriorações que desnivelam as condições objetivas para a competição social entre os indivíduos.

> Vale notar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais (Vignoli, 2001). Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles. (ABRAMOVAY, 2002, pág. 30).

A principal vantagem do desenvolvimento desta pesquisa no panorama das Ciências Sociais é a oportunidade de perceber o objeto de análise além de qualquer perspectiva monocular. Eu encontrei nas contribuições de Mary Douglas (2005; 2007; 2012) um caminho teórico instigante para pensarmos a instituição, estruturas

organizacionais e suas mobilizações políticas, capaz de modificar a visão não-sociológica que é dedicada a algumas análises institucionais tradicionais.

Na perspectiva de captar a dimensão simbólica da vida social, Douglas parte da análise de que o ser humano se destacou do conjunto da natureza pela possibilidade de modelar-se a si próprio e a sua vida em comunidade, bem como pelo domínio de técnicas, artes e culturas. Tomando por unidade analítica critérios organizacionais que relacionam higiene à ordem e impureza à desordem, esta última compreendida como um perigo à anterior, ela propõe um esquema que permite compreender que diante dessa dicotomia há um esforço humano para eliminação da ameaça da impureza e o restabelecimento da ordem pela limpeza (DOUGLAS, 2012).

Práticas de higienização seguem lógicas organizacionais, quando se considera que algo está fora do lugar, ou na eliminação daquilo que é tido por inapropriado, como a sujeira. Tomemos como exemplo as transformações no espaço urbano das grandes cidades brasileiras, como os planos de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, que emergiram principalmente durante o século XIX, quando as grandes construções nas regiões centrais e as ações para embelezamento dos cartões postais da cidade acarretaram o despejo de populações desprovidas economicamente, relegadas às margens dos grandes centros urbanos (MARICATO, 1997).

Durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio, um comitê, liderado a época pelo então secretário municipal de turismo, foi criado com atribuições para cuidar do "*look of the city",* expressão utilizada para fazer referência ao controle do visual da cidade. Uma das ações do comitê foi a distribuição pela cidade de painéis coloridos ao redor dos espaços onde aconteceu o megaevento. O que chama a atenção é o fato desses painéis terem sido posicionados de modo a criar um muro de acrílico que bloqueava a visão dos casebres das comunidades periféricas que compõe a paisagem das desigualdades sociais da cidade.

A história da formação dos grandes centros urbanos brasileiros evidencia que a ocupação dos espaços se deu por critérios organizacionais atravessados pelas noções dicotômicas de ordem e desordem, segurança e perigo, limpeza e sujeira etc. Na literatura, o romancista naturalista Aluísio de Azevedo (1890) ilustra em "O cortiço" a dinâmica da vida em sociedade ambientada no que seria a desordem da cidade grande,

quando, no entanto, a estrutura social que surge dessas condições alimenta as interações entre os personagens inspirados na realidade vivenciada por indivíduos e contextos de sua época.

Não há como se esquivar da crítica de que as noções de sujeira, poluição ou impureza são arbitrárias, se moldam pelo olhar de quem as vê. Nesse sentido, o olhar do pesquisador penetra as frestas para perceber como são paramentadas essas concepções nas situações observadas, que entregam as formas pelas quais estão estruturadas, como Evans-Pritchard (1940) fez para tornar mais compreensível as estratégias criadas pelos Nuer para a sobrevivência no deserto, desmistificando o mito das "sociedades primitivas" ou "não evoluídas".

A primeira ação da política pública para quem vive em situação de rua é providenciar uma casa para o acolhimento dessa população. A providência parte de quem tem casa, dos estabelecidos, ou incluídos, para utilizar expressões já consagradas. O olhar de quem elabora a Política Nacional Para a População em Situação de Rua e dos agentes públicos que a executam parte de quem teve a experiência da vida organizada a partir de dentro de casa, e essa premissa vai repercutir no desenvolvimento de suas ações, na construção dos ideais de padrão de vida, bem-estar, mínimo existencial, dignidade e até dos direitos humanos.

Nesse sentido, em uma análise que perpassa a ideia de pessoa humana, Mary Douglas (2005) acende um alerta para a construção do "eu" a partir das teorias das necessidades, das fisiológicas às espirituais, que embalam teorizações do consumo como uma atividade individual. Para a contribuição com o nosso pensamento, é interessante pensarmos também o consumo, considerando que, nesse sentido, ele atravessa o fenômeno complexo das disparidades e vulnerabilidades sociais.

> Todas essas teorias assumem uma teoria de necessidades, começando pelas físicas; primeiro a necessidade de viver, de ter comida e água, abrigo, etc., e então a necessidade de companhia e satisfação social e espiritual. O pensamento é tão fracamente teorizado na sua própria área que tem que iniciar com biologia. É absurdo. A teoria deveria começar com seres inteligentes que tem o suficiente para viver e mesmo assim conseguem matar de fome alguns de seus iguais. Pobreza é uma questão de como as pessoas tratam umas às outras, e isso precisa de um enquadramento sociológico. (DOUGLAS, 2005, pag. 23)

Não podemos nos desprender de que a casa como um bem imóvel também é um produto de consumo. A população que vive em situação de rua está, ao menos, dela

privada. No entanto, o olhar sociológico para essa complexidade não pode se restringir à ausência da disponibilidade do acesso à moradia como falta em si. É preciso compreender a carência, o bem e a capacidade comunicativa de ambos.

A dimensão simbólica da casa revela a estrutura da vida social organizada pelos vínculos, afetos, laços de parentesco e vizinhança. A casa convencional é onde as relações entre os indivíduos se estabelecem no âmbito privado, que não se confunde com o espaço público das ruas, ou das instituições públicas, como aponta o antropólogo Roberto Damatta:

> Em casa somos todos, conforme tenho dito, "supercidadãos". Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas "autoridades" e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente "subcidadãos" e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um "problema do governo"! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado. Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo... Não somos efetivamente capazes de projetar a casa na rua de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar (DAMATTA, 1997, pág. 12).

A Política cria o Centro POP, que tem a natureza de um espaço público, destinado a ser uma casa, um ambiente reservado para a população em situação de rua. Sendo assim, estamos falando de um espaço público ou privado? O Centro POP é casa ou se constitui pelas continuidades da rua? A peculiar complexidade não permite chegar a uma resposta definitiva ou que desconsidere um significado em detrimento de outro. As definições do espaço são delineadas a depender da perspectiva de quem o observa, ainda que partamos de unidades semânticas em comum para a compreensão do mundo social.

Nesse sentido, se atribui à representação da casa a expectativa da organização da vida nos moldes do padrão convencionado, em oposição ao que se encontra na rua e os seus elementos atrelados à desordem repugnante. Para além de um bem material imóvel, a casa, como produto de consumo, tem os seus próprios sentidos e de onde interações são estabelecidas.

Diante desses elementos, a expectativa direcionada ao Centro POP é de que a pessoa em situação de rua incorpore ao modelo convencional de vida organizada, a partir da casa, como forma própria de habitar, tal como uma fênix das cinzas retorna à vida. No entanto, a proposta da criação de uma casa para pessoas que estão privadas dela – e do que ela pode oferecer –, expõe a complexidade da política pública, da sociedade e dos seus inacabamentos.

1.1 A CASA COMO UMA PROVIDÊNCIA E O CAMINHO PRONTO PARA TRANSFORMAÇÃO

A pesquisa que resultou neste trabalho já estava em andamento quando fui à cidade de São Paulo, no início de 2019. Ao visitar um dos principais pontos turísticos, a Praça da Sé, inevitavelmente associei aquele lugar a um acontecimento determinante na mobilização política direcionada à população em situação de rua. Estou me referindo ao episódio que ficou conhecido como “o massacre da Sé”. No ano de 2004, sete pessoas que faziam da calçada da praça a sua moradia foram brutalmente assassinadas. Os agentes ativos do crime até hoje não foram punidos ou identificados. No entanto, o fato teve repercussão nacional e impulsionou as cobranças que eram feitas às autoridades públicas por medidas que atendessem às demandas dessa população.

Cinco anos após, em 2009, foi oficializada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que criou a instituição Centro POP. Antes desse marco, a assistência prestada a essa população vulnerabilizada era monopolizada por instituições de caridade ou religiosas.

No município de Campina Grande, a unidade do Centro POP foi inaugurada em 29 de dezembro de 2014. A prefeitura da cidade alugou uma casa para o funcionamento da unidade, o que justifica a nossa primeira impressão de se tratar de uma casa convencional. A estrutura física, de fato, é de uma casa, nos moldes tradicionais do município, mas a experiência a partir de dentro do espaço nos faz perceber elementos que são a ele peculiares. A partir do portão de entrada, é possível identificar um caminho pronto, traçado, estrategicamente pensando, institucionalizado, a ser percorrido pela pessoa que chega advinda da situação de rua. Da sala de triagem aos direcionamentos da política para a mudança da situação social da pessoa, ou a denominada “ressocialização”, no dizer da política.

O Centro POP, pensado para ser uma casa, foi providenciado para ser um espaço de referência para a política pública e os seus agentes. Ele foi desenhado como modelo ideal de assistência para essa demanda. Ainda que administrado pelo município, a sua elaboração pelo Governo Federal, projetando o alcance de suas diretrizes em todo o território nacional, evidencia a generalidade com a qual foi pensado. Nesse sentido, os municípios devem obediência à política pública estabelecida nacionalmente, através do Sistema Único de Assistência Social.

As diretrizes nacionais da política estabelecem requisitos como a formação dos profissionais que irão atuar no espaço, os quais são chamados de "equipe multiprofissional", os recursos orçamentários ou as metodologias que deverão ser utilizadas. Cada Centro POP repassa mensalmente para o Governo Federal dados referentes aos atendimentos realizados, como número de usuários e tempo de permanência na unidade, para monitoramento da Política Pública, através do preenchimento de relatórios que obedece a critérios previamente elencados.

A perda do papel anteriormente desempenhado nas ruas se dá por um conjunto de atos, um processo, pelo qual a pessoa ingressante na instituição passa a ser tratada como usuária do Centro. Esse percurso ambientando na instituição pretende representar uma fase na vida da pessoa que lá se instala como morador, ou usuário, a qual é possível atribuir os pressupostos da liminaridade explorados por Victor Turner.

Turner (1974), em "O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura", nos seus estudos sobre rituais, contribui significativamente para a interpretação das práticas rituais a partir da noção de liminaridade, em desdobramento das análises dos ritos de passagem elaborados por Arnold Van Gennep (1978), pelo qual propõe pensarmos uma nova categoria, pelo que conceitua como *communitas*.

Para Van Gennep (1978), os ritos de passagem (rites de passage) se estruturam em três fases: 1) ritos de separação; 2) ritos de transição; e 3) ritos de reagregação, referindo-se o segundo momento à experiência de liminaridade. A liminaridade, para Turner (1987, pág. 117), é frequentemente comparada à morte. Cabe aqui uma ressalva: a análise feita pelo teórico se concentra em um tempo e objeto específico. A aplicação de sua teoria aos ritos de iniciação ou puberdade dos neófitos do povo Ndembu como entidades liminares, na África Central, apesar de se referir claramente às relações

estabelecidas no contexto por ele estudado, em muito contribui para a percepção do processo pelo qual passam as pessoas em situação de rua, ao se tornarem usuários do Centro POP.

No caso da população em situação de rua acolhida pela instituição, o objetivo da política é transformar a realidade social desses indivíduos. Para tanto, tal como no processo ritual observado na sociedade Ndembu, a pessoa é conduzida a passar por fases, desde a triagem na primeira sala do centro, até se juntar aos outros usuários, nos quartos para dormir.

A condição extraordinária da vida, representada pela situação de rua, foge ao padrão convencionado e autorizado pela sociedade. Por isso, o Estado, cumprindo com o suposto dever de manter a harmonização social que lhe é esperado, procura os meios para "ressocializar", no dizer da política, esses indivíduos. O primeiro passo é dar-lhes uma casa. Nesse ponto, é possível identificar uma contradição. A casa, como descrita, ainda que queira ser uma casa, somente é de longe. De perto não é uma casa convencional, como se propõe a ser. Além do mais, como ressalta DaMatta (1997, pág. 35), não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou conflito, de modo que cada espaço é próprio, com suas formas próprias de sociabilidades. Tudo isso para demonstrar que as interações são peculiares às ruas, às casas convencionais, como também na casa que não é só casa: o Centro POP.

Tal como observado no rito de investidura do Kanongesha dos ndembos (TURNER, 1974, pág. 123) – onde o componente liminar começa com a construção de um pequeno abrigo distante da aldeia principal, sendo esse abrigo nomeado de *kafw* ou *kafwi*, que é um termo ndembu derivado de *ku-fwa*, que significa "morrer", por ser esse espaço destinado à morte do chefe eleito para o seu estado de homem comum, no ritual tribal – é possível aferir os elementos de liminaridade ao espaço do Centro POP, no qual, ao assumirem a condição de usuários, o caminho percorrido é de morte à vida passada e ao papel de pessoa em situação de rua anteriormente desempenhado, até ser "devolvido" para a sociedade para que outro papel seja exercido.

O que a Política Pública faz é institucionalizar um espaço transicional, restando ao Centro o elemento da liminaridade, por não significar a rua, nem a casa, – se considerarmos que na casa estão presentes os elementos convencionais de uma

sociedade estruturada, com os seus referenciais de privacidade, segurança, higiene e relações de parentesco ou afetivas, e na rua a sua anti-estrutura – refletindo o processo dialético que é a vida social:

> ... para os indivíduos ou para os grupos, a vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. A passagem de uma situação mais baixa para outra mais alta é feita através de um limbo de ausência de "status". Em tal processo, os opostos por assim dizer constituem-se uns aos outros e são mutuamente indispensáveis. (TURNER, 1969, pág. 120).

É possível identificar que nesse espaço as pessoas comungam de uma "vontade" coletiva de que a experiência ali seja real, como se todos acreditassem de fato que aquele espaço irá transformar a realidade social dos indivíduos. Melhor dizendo, os papeis desempenhados no Centro POP, somados, surte em um organismo que tem uma mesma aspiração: a transformação. É um elemento observado do todo, não da conduta individual de cada um, mas que são essas condutas que dão sentido ao organismo. Para tanto, Goffman apresenta essas interações como parte de um "consenso operacional":

> Temos então uma forma de *modus vivendi* interacional. Os participantes, em conjunto, contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto num acordo real sobre o que existe mas, antes, num acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas. Haverá também um acordo real quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições da situação. (GOFFMAN, 1985, pág. 18)

Notadamente, é importante ressaltar a consciência de que o ritual observado em uma sociedade tribal, no século XX, na África, por suas peculiaridades implica em ressalvas necessárias em quaisquer relações estabelecidas com objetos contemporaneamente estudados, como no caso dos usuários no Centro POP. No ritual tribal, como se denota dos registros, as fases eram muito bem definidas, por exemplo. Entretanto, ainda que em um contexto diferente, é interessante pensar as relações ambientadas no Centro também como um processo, conferindo às ressalvas a natureza inicial e especulativa das observações.

No contexto de exclusão social em que a parcela da população em situação de rua está inserida, marginalizada na sociedade, segundo Sposati (1995), há uma demanda dos cidadãos para que seja dada uma "solução" à problemática, que por vezes se reduz a mera retirada desses moradores da rua, dos espaços públicos, dos ambientes de convivência comum, almejando um trabalho próximo do modelo filantrópico higiênico

ou de concepção asséptica, na qual se pretende a segregação, sendo o lema “vamos recolher as pessoas, vamos dar banho, vamos tirar a sujeira” (Sposati, 1995, pág. 89), o que certamente pode se revelar dramático pelo risco de reducionismo da ação para essa população à higienização dos espaços públicos urbanos coletivos.

Nesse sentido, as instituições surgem para gerenciar o que é considerado pelo Estado como uma problemática social a ser resolvida pelo poder público. Ao fazerem isso, reconhecem a falha, ou o próprio inacabamento, na estrutura social. Mary Douglas nos oferece balizas para pensarmos como as instituições canalizam os seus propósitos e ideais:

> As instituições dirigem sistematicamente a memória individual e canalizam nossas percepções para formas compatíveis com as relações que elas autorizam. Elas fixam processos que são essencialmente dinâmicos, ocultam a influência que eles exercem e suscitam emoções relativas a questões padronizadas e que alcançam um diapasão igualmente padronizado. Acrescente-se a tudo isso que as instituições revestem-se de correção e agem no sentido de que sua mútua corroboração flua por todos os níveis de nosso sistema de informação. Não é de admirar que elas nos recrutem facilmente para que nos juntemos à sua autocontemplação narcisista. (DOUGLAS, 2007, p. 98).

Das colocações de Douglas, proponho pensarmos sobre as escolhas e estratégias políticas para a população em situação de rua. Identificamos que desde a elaboração das diretrizes, na maioria das vezes redigidas nas câmaras, ou assembleias legislativas, com influências dos seus bastidores, é possível perceber distanciamentos entre os que pensam a política e os que ela se destina. Quero reiterar que a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que criou o Centro POP para ser uma casa, foi pensada por quem tem casa.

Já tomamos como referência categorias como a dos estabelecidos, ou os incluídos, em referência a trabalhos já conhecidos. As instituições surgem como um mecanismo, geralmente idealizado por quem desfruta das posições de estabelecidos, ou incluídos, propagador de padronização, de correção, ou do alinhamento de comportamentos, essencialmente múltiplos e dinâmicos, aos convencionados na sociedade.

A casa, como tida, principalmente pelas sociedades ocidentais contemporâneas, também é uma representação das convenções sociais. Tanto é que, em algum momento

da história da humanidade, ou ainda para algumas sociedades, a casa como lugar fixo e privado, tal como conhecida, não era, ou ainda não é, em elemento pactuado.

A política, nesse sentido, elege a sua demanda e cria os seus suprimentos. Ao fazer isso, tenta manter sob o seu controle a situação, através de técnicas, instrumentos e seus agentes. Estabelecendo-se esse controle, pretende agir como se fosse para o problema a solução ou para a doença o antídoto.

No caso do Centro POP, por mais que possa representar para a pessoa egressa da situação de rua tudo o que pretende ser – como casa, lugar seguro, estabilidade ou possibilidade de restruturação da sua vida na sociedade convencional –, não podemos deixar de perceber que, fazendo isso, também se constitui como um instrumento que confisca dos seus usuários as possibilidades encontradas na rua. A providência da casa, bem como a elaboração política do caminho pronto para a reconfiguração dos papéis representados pelas pessoas egressas da situação de rua, institui a expectativa de que os usuários do Centro POP se moldem aos padrões de vida convencionados e articulados como adequados na sociedade.

1.2 POR TRÁS DO PORTÃO GRADEADO: QUEM SÃO OS USUÁRIOS?

A primeira visita ao Centro POP teve por intuito estabelecer contato com a população em situação de rua ali acolhida, pelo interesse de pesquisa com populações ou grupos urbanos. No entanto, muito além de qualquer expectativa, a experiência das primeiras impressões revelou a oportunidade de penetrar no arranjo de uma instituição complexa, da sua estrutura física geograficamente delimitada às relações estabelecidas para além de seus muros, da equipe multiprofissional às alegorias que envolvem os seus moradores. O olhar intuitivo para conhecer as pessoas acolhidas pelo Centro foi ampliado para compreender que, ao estarem ali dentro, esses teriam que ser percebidos também a partir das novas situações estabelecidas.

Desde a primeira ida à instituição, identifiquei que uma das coordenadoras, na sua fala, a todo o momento ressaltava a importância do Centro. Segundo ela, ele “acolhe todo tipo de gente”. Uma casa para todo tipo de gente. A fala dá sinais da diversidade relacionada aos atores acolhidos pela instituição, tanto que a política pública a considera ser destinada ao que chama de grupo populacional heterogêneo. Entretanto, parece

inegável que “todo tipo de gente” faz referência às pessoas despossuídas, com baixo status social. Todo tipo de gente é sinônimo de renegado socialmente.

No entanto, apesar de acolher pessoas com particularidades díspares, a política adota como justificativa para a prestação dos serviços o direito à igualdade. Na administração pública é comum que os servidores e os administrados sejam direcionados por princípios ou normas como a de que todos são iguais perante a lei. No Centro, essa premissa também foi ressaltada em diversas ocasiões, reforçada por comentários como “Cruzou o portão de entrada, aqui dentro todos são iguais”.

Na fala dos agentes públicos que conduzem a unidade, os moradores do Centro POP foram sempre identificados como usuários. Uma das coordenadoras teve a cautela de explicar que a própria política se refere aos assistidos como usuários do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Muito provavelmente ela tenha explicado a utilização do termo para visando-se evitar qualquer possível confusão com o fato de alguns desses moradores serem ex-usuários de substâncias diversas. Aqui também utilizamos o termo usuário para nos referirmos a toda pessoa que foi acolhida pela instituição para fazer dela a sua moradia provisória.

No contexto da instituição, o usuário, ou a usuária, é a pessoa, egressa da situação de rua, que recebe a assistência prestada pelo Estado, sendo voluntariamente acomodada no espaço para ela reservado, o Centro POP, para que tenha uma casa por tempo provisório. Dentro da unidade, todos os moradores são tratados como usuários. “Para que não se tenha tratamento diferenciado e que todos entendam que são iguais”, segundo a fala da coordenadora informante.

No caso do município de Campina Grande, há outro serviço para o acolhimento dos menores, crianças e adolescentes, nessa situação (Programa Ruanda). No entanto, é possível que o Centro POP acolha um menor e posteriormente seja feito o encaminhamento para a instituição a ele destinada, a depender de cada caso. Entre as idas ao Centro, presenciei uma dessas situações, episódio que envolveu uma família acolhida pela unidade, composta por pai, mãe e dois filhos menores: agentes do Conselho Tutelar, escoltados por policiais militares, munidos de uma decisão judicial, foram ao Centro para cumprir busca e apreensão dos menores cujos pais haviam perdido a guarda. Nessa situação, para preservar a imagem dos envolvidos, foi pedido pela

coordenação que eu aguardasse em uma sala separada pelo tempo que durasse a operação. Desse dia, não conseguiria descrever com fidelidade os gritos que ouvi, ora das crianças, ou dos pais, ora de alguns dos agentes públicos. Mas há que se destacar a dramaticidade dos acontecimentos, cujos gritos testemunharam.

As informações sobre esse episódio, sobre a família ou o destino das crianças foram preservadas pela coordenação, por estarem relacionadas a um processo que tramitava em sigilo judicial. Por estratégia e precaução, os coordenadores também foram tranquilizados de que não seria um objetivo da pesquisa analisar situações como aquela, com isso, eu buscava reforçar a confiança dos funcionários e deixá-los tranquilos. De toda forma, uma informação não passou despercebida: o fato de aquela família não ter casa, estar em situação de rua, foi um fator decisivo para a perda da guarda dos menores pelos pais. A instituição que adota como uma de suas ações a recuperação e fortalecimento dos vínculos entre os usuários e os seus familiares, também ambientou o rompimento de um núcleo familiar. Tal evento não deixa de ser paradoxal, pois no momento em que os pais estão em uma "nova casa", eles perdem a guarda dos seus filhos exatamente por não terem um lar.

Retomo a descrição do espaço físico da casa para que compreendamos onde se ambienta a experiência dos usuários. O portão gradeado, a cerca elétrica de segurança e o guarda vigiando a entrada e a saída são as primeiras evidências de que se trata de um ambiente controlado. Da entrada, o primeiro passo leva até a sala de triagem, onde é realizado o cadastro de identificação do novo morador, ou moradora. Muitas pessoas chegam à instituição sem documentos de identificação e é na triagem que é feito o encaminhamento para o setor jurídico para a providência da identificação civil, elemento fundamental para o retorno do usuário à vida convencionalmente "estruturada".

Há placas de sinalização em todos os ambientes da casa, como a que indica onde são os banheiros. Dentro deles, há lembretes para que a descarga seja dada quando os sanitários forem utilizados. Apesar de ser um espaço transicional, destinado para que os usuários vivenciem a experiência e saiam de lá "ressociabilizados", os moradores precisam se adequar às suas normas e rotina.

As regras são rigorosamente apresentadas. A pessoa, que já é adulta, é colocada em uma posição verticalmente inferior a quem ensina, para aprender algo, em uma relação similar ao processo de aprendizagem na escola primária, com quadros de avisos, imagens lúdicas ensinando onde jogar o lixo, ou o acesso restrito aos funcionários em ambientes como a coordenação. As regras são sonorizadas pedagogicamente pelas explicações dos educadores sociais, agentes públicos instituídos pela política pública para conduzirem esse processo. Nas observações de Marcos Vinícius Malheiros Moraes, em sua dissertação de mestrado, trata-se de um momento articulado pela *mímesi* como elemento na regência das relações de sentido e meio pelo qual se produz o organismo do ser aluno (MORAES, 2012), no caso o ser usuário. A partir desses elementos, é possível se afirmar que os que lá chegam são ensinados a serem usuários.

O ato voluntário da pessoa egressa da situação de rua de ir morar no Centro não se confunde com as escolhas que precisam ser feitas, ou aceitas, lá dentro. Em tese, a vontade do usuário é respeitada em determinadas situações, como se submeter ou não a um determinando procedimento clínico, ao menos como uma garantia formal e não necessariamente colocada em prática no cotidiano. No entanto, a submissão às regras da casa cria um ambiente hierarquizado entre os que administram e os que são administrados.

Ao morar no Centro POP, a pessoa egressa da situação de rua, acolhida como usuária da unidade, se depara com uma estrutura genérica, pronta, submissa às diretrizes nacionais, administrativamente controlada, tendo que se adequar a ela e durante toda a sua estadia no ambiente incorporar o espírito da instituição, gerando uma ruptura nítida com o passado, acarretando na perda do papel anteriormente desempenhado, ou na própria mortificação desse “eu” (GOFFMAN, 2001):

> Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internados viverão na instituição e terão contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis -a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN, 2001, p. 18).

Ao refletir sobre espaços de transição, Magnani (2002) propõe a categoria de "pedaço" para pensar os lugares onde os indivíduos se dirigem em busca dos iguais, como o "intermediário entre a casa (o privado) e o público ou, para utilizar um sistema de oposições já consagrado, entre a casa e rua". O pedaço é um território caracterizado por seus limites geograficamente demarcados e pelos laços sociais nele desenvolvidos, o que permite compreender, ou ao menos identificar, a relação entre práticas coletivas e o espaço onde elas acontecem.

Essa categoria nos ajuda a pensar o lugar do Centro POP como lugar de sociabilidade, de modo que os seus elementos intermediários, entre a vida nas ruas e a convencionalmente organizada na propriedade privada, permitem identificar um complexo jogo de símbolos e trocas, diferente da densidade dos vínculos de parentesco dos núcleos familiares, mas aparentemente não tão instáveis quanto as relações individualizadas entre os desconhecidos transeuntes nas ruas.

Os usuários, egressos dos múltiplos contextos urbanos e carregados de suas vivências pessoais, encontram na instituição a possibilidade de um espaço que permite a experiência a partir de códigos comuns, que adotam como pressuposto a negação do estilo de vida anteriormente desempenhado para os encaminhamentos ao novo modelo que se pretende alcançar, pela ocupação negociada do espaço entre os usuários e os servidores detentores das técnicas de convencimento para a disciplina, obediência e correspondência aos resultados esperados.

Consideremos o fato de pessoas de diferentes origens, gostos, necessidades, estarem ocupando um mesmo espaço. No Centro POP, diferentemente do que acontece em casas convencionais, laços de parentesco ou de vizinhança dão lugar a novos vínculos, dos usuários entre si ou com os agentes públicos que operacionalizam a política pública, elementos que conduzem a experiência no espaço liminar. No entanto, como complexa que é, a instituição não é um espaço impenetrável ou isenta das influências dos seus atores. Como espaço de sociabilidade, há elementos próprios que orientam os vínculos.

O tom da fala, o gestual e os adjetivos utilizados pela coordenadora oscilam a depender de a quem ela dirige. Quando falava da equipe, seus colegas de trabalho, ela exaltava a qualificação profissional, os títulos, o bom trato com os usuários.

Notadamente, tentava se proteger e estender essa proteção aos seus pares. Quando falava da população em situação de rua acolhida pela unidade, demonstrava desânimo com as múltiplas demandas que precisavam lidar. Em uma de suas falas, disse que em muitas ocasiões precisava "falar sério", "elevar o tom da voz", justificando a adoção desse tom em uma fala que inspirou o desdobramento dessa pesquisa: "se deixar, eles montam em cima".

Nas entrelinhas das falas da coordenadora, "montar em cima" seria a tentativa de interferência dos usuários na administração do espaço, uma evidência de que ao menos essa tentativa acontece, bem como de que ao poder operante há resistências. Como ouvintes, ou pacientes, a política pública não reserva a eles a possibilidade da mediação, de ativez. Questionar, deliberar, mudar alguma norma ou se opor à estrutura previamente já elaborada criaria ruídos no funcionamento da instituição, que tenta monopolizar o poder de decisão para validar a sua atuação e autocontemplação.

No entanto, testemunhamos que a instituição não consegue dirimir reivindicações, conflitos ou ser impenetrável às relações constituídas para além da sua capacidade de controle. Há demandas individualmente relatadas, entre as quais podemos destacar os cuidados peculiares às pessoas idosas ou a mulheres grávidas, entregando que o Centro não suportaria tratar os usuários com a suposta igualdade que reivindica para homogeneizar, no discurso, os atores.

Ainda assim, os usuários demonstram compreender o espírito da instituição como lugar de passagem, dado revelado pela fala de um dos assistidos quando, em uma conversa informal, deixou escapar uma impressão: "Aqui é bom, mas não serve, não." A frase aponta para a satisfação com o tipo de assistência prestada pelo Centro, mas também a incredulidade, quando diz que "não serve", pelo fato de saber que em algum momento terá que sair da unidade e lidar com a vida que acontece do outro lado de seus muros. Nesse sentido, a fala evidencia o pressuposto da liminaridade da instituição.

No caso desse usuário, como a situação de muitos outros, a instituição trabalhava para recuperar o vínculo rompido com a sua família, na tentativa de que ele fosse aceito de volta na casa dos familiares. O núcleo familiar não o aceitava por não aturar a sua dependência química, por esse motivo teria ido parar nas ruas. Para entrar no Centro, o usuário precisou "estar limpo", em referência à abstenção de substancias

das quais fazia uso. Há, inclusive, encaminhamentos para um programa de desintoxicação mantido pelo Sistema Único de Saúde – SUS, para casos como esse.

Nesse sentido, a experiência no Centro POP se equipara à passagem para a vida convencionalmente organizada, pela obediência às regras de convivência, abstinência de substâncias ilícitas ou a demonstração do interesse em mudar de vida. Ao fazer isso, o ritual reforça as concepções de vida ideal, ou do padrão de vida autorizado na sociedade, em detrimento das trajetórias que levaram as pessoas em situação de rua ao estilo de vida repugnante, que deve ser repreendido e superado.

> É como se houvesse neste caso dois "modelos" principais de correlacionamento humano justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico- econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de "mais" ou de "menos". O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como "*comunnitas*", não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais. (TURNER, 1974, p. 118-119).

Claramente, os usuários se assemelham nas particularidades de suas vidas e trajetórias. Paradoxalmente, é na diferença que residem suas semelhanças. Ainda assim, a fala da diretora e a categoria usuário, criada pela política pública busca compreendê-los/reduzi-los/classificá-los como iguais, homogêneos. O conceito de *comunnitas* de Turner nos ajuda a refletir sobre as relações e classificações estabelecidas no Centro POP. Nele, a porta de entrada, o momento da acolhida vivenciado na sala de triagem, o primeiro banho, a refeição, a apresentação do lugar para dormir, o encontro com outros usuários, a obediência e submissão à coordenação, às regras, a igualdade etc, são mais do que espaços singulares, eles delimitam possibilidades. As interações se dão nesse limbo ou limiar entre o passado e o futuro estrutural (Turner, 2005, pág. 183).

É importante destacar que, ainda que um espaço liminar, o Centro POP não é um vácuo, ou impenetrável. Pelo contrário, institui a sua própria trama existencial, buscando ser ponte entre modelos de vida autorizados e desautorizados, providenciando um papel para a pessoa egressa da situação de rua, o de usuário. As regras são ditas e explicadas pedagogicamente pelos “educadores socais”.

> O que acontece no Centro POP nesses momentos iniciais se assemelha ao que se passa nas prisões, tal como demonstrado por Goffman (1992) quando a instituição prisional explicita os deveres do novo interno e o isola por alguns

> dias, para assim fazer recair sobre seu corpo e sobre seu "espírito" a força das regras e pra que ele fique ciente a quem deve obedecer. Tal semelhança não se produz por acaso, pois a figura de educador social, prevista pela lei que criou o Centro POP em muito se assemelha à figura do agente penitenciário, cujo objetivo também se constrói a partir das responsabilidades de vigiar, punir e facilitar as ressocializações dos internos. No fundo, o Centro POP é resultado desse processo de refinamento, de suavização das penas e do maior e melhor controle sobre as vidas dos indivíduos que com suas ações se mostram como ameaças à ordem social, tal como já analisado por Foucault, Elias e Adorno. (ARAUJO & SILVA, 2020, p. 146).

É nesse sentido que o Centro POP surgiu como a unidade de análise da pesquisa, para, a partir desse recorte espacial, pensarmos as configurações que são nele e por ele estabelecidas, entre os atores sociais e a ocupação negociada do espaço. Os usuários, moradores da instituição que diz ser casa, ainda que reunidos em um espaço físico, não são por ele limitados, constituindo formas próprias de habitar, de ocupar, de laços e tramas. O Centro POP constitui as suas formas próprias de experiências liminares, em contraponto à dicotomia entre a casa e a rua sugerida pela política pública. Desse modo, ainda que a instituição seja adotada como unidade de análise, a pesquisa não se restringe à visão institucional do espaço e das relações tecidas, como será demonstrado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: DO OBJETO AO MÉTODO

> *"Diferentemente do que afirma o adágio de outrora, nem todo caminho leva à Roma, pois em meio à poeira do campo de pesquisa, não há Roma ou Meca previamente estabelecida onde se possa chegar".*
>
> (Vanderlan Silva, 2017).

Quando cursei a graduação em Direito, no primeiro semestre do curso, no ano de 2013, um professor da disciplina de Antropologia, Paulo Montini, sociólogo formado por esta Universidade Federal de Campina Grande, lançou em aula alguns dos questionamentos que me vieram à mente e têm me acompanhado durante o processo de escrita, mais especificamente quando iniciei a organização deste segundo capítulo. Entre essas questões, destaco: "o que é uma ciência?" e "o direito é uma ciência?". Recordo-me que naquela aula gerou-se uma grande discussão sobre o que faz de uma ciência sê-la. Outra questão que é recorrentemente a mim direcionada é sobre o porquê da realização desta pesquisa em um Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Primeiramente, tenho me convencido de que não há uma definição única de ciência que consiga contemplar todas as dimensões de um termo que é essencialmente polissêmico. Nesse sentido, Tércio Sampaio Ferraz Jr (1973) contribui para pensarmos que, ainda que etimologicamente aponte para um significado relacionado à formulação do conhecimento, derivando do latim *scire*, ou saber, o próprio vocábulo "ciência" não é unívoco. No entanto, quando nos referimos à elaboração do conhecimento científico, esta é precedida de elementos, dentre os quais pretendo discorrer nesse segundo capítulo sobre dois que elenco como primordiais, que permitem dar amparo aos questionamentos que me trouxeram até aqui e justificar a realização desta pesquisa no programa em Ciências Sociais: o objeto e o método.

Quanto ao objeto, como precisar no tempo o momento exato em que, como pesquisador, o escolhi? Há também quem fale em ter sido escolhido pelo objeto de pesquisa. No meu caso, poderia apontar como um marco temporal de identificação com o objeto desta pesquisa a experiência em um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) com a população mendicante no município de Campina Grande, mas, agora, quando paro para fazer esse resgate na memória, me recordo de situações como a primeira vez

em que li “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, que aborda tramas fictícias de menores em situação de rua no contexto urbano da cidade de Salvador, na Bahia.

A definição do objeto da pesquisa constitui e é constituída pela própria trajetória subjetiva do pesquisador. Ainda que não tivesse a pretensão ou a dimensão de que um dia realizaria esta pesquisa, não tenho dúvidas de que o olhar que hoje está debruçado para a instituição Centro POP e a sua trama existencial vem se constituindo desde cada estrofe lida de Capitães da Areia e todas as outras experiências que me formaram até aqui como um pesquisador em contínua formação. Para além disso, na dimensão que a elaboração do conhecimento científico exige, nos deparamos com a pesquisa e os desafios a serem enfrentados a partir do método.

De todo modo, será importante para a descrição dos recursos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa tomarmos como referência o momento em que participei como aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na pesquisa já referenciada no capítulo anterior, intitulada “O amparo legal às pessoas em situação de mendicância no município de Campina Grande-PB: um estudo jurídico e social”, no ano de 2016, por onde estabeleci o primeiro contato com a Secretaria de Assistência Social do município de Campina Grande-PB e a pesquisa se tornou possível.

Desde a graduação me interessei pelas disciplinas que, ainda que obrigatórias para a grade curricular, considero não-convencionais, ou não normativas, da graduação em Direito. As noções introdutórias à Filosofia, Sociologia e à Antropologia viabilizaram os primeiros recursos teóricos para a possibilidade de uma pesquisa em um programa de pós-graduação. Com o campo saltando aos olhos e os primeiros contatos já estabelecidos, vislumbrei no Programa de Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande a oportunidade de realizar a pesquisa com a orientação e os meios apropriados para a análise não limitada à normativa da instituição e da política pública, mas que contemplasse as práticas sociais nesse contexto, que é o que nos interessa nesse momento.

Desconheço pesquisa sem desafios. Nesse caso, uma das maiores dificuldades desta pesquisa foi o encontro, a elaboração e a aplicação de uma metodologia que não limite o trabalho final à descrição teórica, considerando também importante a tarefa de

tornar um comportamento, um modo de vida, ou a própria instituição, humanamente mais compreensível (CLIFFORD, 1998), função que também é atribuída à pesquisa pelo método aplicado.

Nesse mesmo sentido, há demonstrações de que as pesquisas nas Ciências Sociais têm cada vez mais alinhado as perspectivas teóricas às realidades das práticas sociais.

> Deve ser ressaltado que o estudo sobre a realidade social, dentro da academia, não se torna automaticamente uma explicação totalizante, mas propõe a ser um fragmento da realidade que pode ser problematizada através dos mecanismos metodológicos. Com isso, o saber social deve ser preservado, ao passo que o conhecimento científico não pode ser uma desqualificação da experiência dos indivíduos. Logo, cabe frisar que os dois aspectos, tanto a prática social quanto o conhecimento científico, não são desvinculados entre si, como afirma Demo. (FERREIRA, 2021, p. 42)

Pelo levantamento bibliográfico, identificamos pesquisas que têm como objeto a população em situação de rua, sendo que a maior parte tem como objetivo a análise das diferentes realidades que têm em comum a pobreza, a violência ou outro fator associado aos estigmas da exclusão social. As perspectivas teóricas e metodológicas são incontáveis. Diante das inúmeras possibilidades, priorizamos a elaboração de objetivos bem definidos. A pesquisa em uma instituição nos permite acessar o campo por um recorte espacial, em contexto que nos remete a pensarmos também a sociedade e os seus inacabamentos.

A própria existência da instituição e do seu cotidiano justifica a realização de uma pesquisa de campo. Além da política pública, das regras oficiais, é na experiência ambientada no Centro POP que vislumbramos a possibilidade da coleta de dados junto aos que o operacionalizam, bem como a partir deles tornarmos mais compreensível a trama existencial da instituição, que surge oficialmente e com ela as suas outras dimensões, estas elaboradas pelas interações, vínculos, conflitos, o cotidiano e suas complexidades.

Só é possível falarmos de uma unidade de acolhimento quando falamos em relação a quem acolhe e a quem é acolhido. Para além das análises institucionais, nos desafiamos à imersão em campo para abordarmos a instituição como espaço produzido – e que produz – por seus agentes no cotidiano. É indo ao campo que nos é possível

descobrir as suas dimensões e possibilidades, das quais dificilmente teríamos conhecimento sem a pesquisa.

Associo-me às pesquisas de campo realizadas nos contextos urbanos, com a população em situação de rua. Estou me referindo, inclusive, às pesquisas que datam antes mesmo do surgimento oficial da política pública e da instituição Centro POP. Relacionamos esta pesquisa com as primeiras investigações de campo das quais temos conhecimento. Mais especificamente nas pesquisas etnográficas, o etnólogo é quem chega antes e depois da política e a desvenda como um processo.

No capítulo anterior, recorrer a dados históricos, através de matérias jornalísticas e pela legislação, permite nos situarmos e que situemos o objeto em seu tempo e contexto. A trama da instituição evidencia que a sua existência é processual. Antes do Centro POP, há a estruturação da sociedade e de suas relações. A pesquisa de campo nos permite considerarmos esse contexto, mas ao tempo em que nos desprendemos de qualquer concepção predefinida para nos desafiarmos às novas descobertas que somente a experiência de quem está lá pode nos revelar.

Desse modo, o esforço de observar a instituição nos permite mensurar ou captar a vida social a partir das margens. O “lugar olhado das coisas”, privilegiado e sugestivo, para a compreensão de uma estrutura é a sua anti-estrutura, conforme o pensamento desenvolvido por Victor Turner (1974). Turner (1969-1987), a partir de seus estudos, observa a sociedade a partir de suas margens. Nessas margens, a sociedade costuma mostrar os seus inacabamentos, pelo empenho do olhar que se dirige aos resíduos, rupturas, interrupções e coisas não resolvidas da vida social (DAWSEY, 2005).

Para Erving Goffman (1985), o olhar distanciado que caracteriza a abordagem do sociólogo também se encontra entre os grupos sociais “descontentes”. Em suas análises, da representação do eu na vida cotidiana, Goffman estimula a pensar a vida social a partir de uma microssociologia, dada as relações face a face. Nos pequenos detalhes das interações humanas, a compreensão da vida como um palco onde são encenados diversos papéis sociais, percebendo que os indivíduos mudam esses papéis conforme as situações lhes são apresentadas, se valendo de uma linguagem peculiar ao teatro para essa abordagem.

É nesse sentido que os recursos metodológicos foram mobilizados para o desenvolvimento da pesquisa, a exemplo de Victor Turner (1974; 1982; 1987), que desenvolveu o conceito de liminaridade, bem como propôs o estudo de novas categorias, como a de *comunnitas*, a partir da experiência de suas observações da sociedade Ndembu, no noroeste da Zâmbia, na África Central.

Por isso a relevância de se explorar os conceitos e categorias da antropologia do processo ritual, de Turner, dentro de um recorte em perspectiva contemporânea, concentrando os esforços em fazer as devidas contextualizações das abordagens, bem como com as contribuições de Goffman, como a elaboração do conceito de estigma, através da experiência etnográfica ambientada no Centro POP.

O próprio Turner (1987) estabeleceu as diferenças entre a sua perspectiva e a de Goffman, no tocante à representação pelo teatro; enquanto o segundo se dedica ao teatro da vida cotidiana, com fachada e os seus demais elementos, o primeiro observa os momentos extraordinários dessa vida, ou o metateatro da vida em sociedade. Tal como Dawsey (2005), ao analisar o teatro dos "bóias-frias", a pretensão aqui é não abrir mão da conciliação entre os dois teóricos na análise dos usuários do Centro POP, no que for possível.

Parto da compreensão de que não encontrei até agora um conceito fechado do que seria a ideia de um método etnográfico, o que me surge como mais um desafio. Entretanto, a intenção de realizar uma pesquisa de campo me levou às leituras e conversas – a maioria delas proporcionadas nas reuniões do grupo de pesquisa que me acolheu nessa jornada: o SOCIATOS – que me ajudaram a fazer a escolha de mergulhar na incerteza e inconsistência que é a pesquisa empírica, me inspirando em caminhos já trilhados.

> No trabalho etnográfico, os relatos de outros pesquisadores muitas vezes nos servem como inspiração para nossas "aventuras" em campo, jamais como manuais a serem seguidos ao pé da letra. Cada pesquisa e cada evento assistido e vivenciado pelo pesquisador em campo por vezes se apresenta à semelhança do dilema ético, para o qual não há uma "escolha natural", fácil de ser seguida. Ao contrário, na prática etnográfica, razão, sentimento, intuição e acaso, todos juntos e misturados, pavimentam o cotidiano da pesquisa etnográfica, conduzindo o etnógrafo por caminhos sinuosos. (SILVA, 2017, p. 61).

No meio dessas reflexões, fui alertado em algum momento sobre possíveis riscos ao adotar a abordagem etnográfica. Nesse momento, percebo que na academia ainda são

manifestados discursos na tentativa de se questionar a escolha da etnografia no processo de produção de conhecimento, o que é uma pena. Acolho as ressalvas com cuidado, convencido de que nessa caminhada não há como fugir dos riscos. De todo modo, utilizo as contribuições da antropóloga Mariza Peirano (2014), em seu discurso "Etnografia não é método", oportunidade na qual esclarece que:

> os tempos mudaram e hoje podemos dispensar a oposição teoria/empiria porque revendo (e relendo) os clássicos já distantes, e hoje afastados percebemos que a história da antropologia representa nossa fonte teórica por meio das monografias que nossos antecessores deixaram. (PEIRANO, 2014, p. 380).

Nessa perspectiva, a etnografia não é apenas método, procedimento, mas é também a própria teoria. O contexto da elaboração da etnografia muda, ou se complementa, com o decorrer do tempo, pelas mudanças no mundo social que afetam as percepções e sentidos do pesquisador em campo. Ao etnólogo cabe a compreensão de que a teoria toma a sua forma por cada experiência etnográfica já relatada, como uma metodologia em contínua elaboração.

> Devemos deixar espaço para que nossos antecessores possam nos falar sobre sua experiência, possam nos informar sobre os problemas (teóricos ou existenciais) que enfrentaram, possam, enfim, nos fazer refletir a partir do que fizeram – lembrando que aprendemos pelos bons e pelos maus exemplos. O resultado é que nossa história será sempre espiralada, nunca evolutiva nem unidirecional. (PEIRANO, 2014, p. 384).

Não se trata de apenas um levantamento de dados, como um inventário ou soma de informações exóticas, como aponta Agier (2015). A escolha pela experiência etnográfica tem a finalidade de mensurar as dimensões da instituição através dos seus atores e práticas sociais inseridas em um contexto.

Os recursos metodológicos utilizados caracterizam a pesquisa enquanto qualitativa, para recolher e transcrever com maior riqueza a dinâmica dos conflitos existentes perante o seu objeto, na intenção de mensurar a subjetividade do objeto empírico e seus conflitos em uma análise que não pode ser resumida apenas na quantificação. Nesse sentido, surge a necessidade da percepção das subjetividades do campo, como também entender o contexto em que ele está inserido, segundo Minayo (2006);

> [...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de

> aglomerados de grandes as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO, 2006, p. 57).

A escolha da metodologia parte das perspectivas propostas pelo próprio objeto, a instituição e sua trama existencial. É o que justifica a realização desta pesquisa em Ciências Sociais. Muitos dos desdobramentos da pesquisa se anunciam pela própria imersão em campo, como novas trilhas, estratégias e alternativas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesses percursos, alguns colegas sociólogos me questionaram sobre a viabilidade metodológica da pesquisa. Em uma dessas situações, chegaram a me sugerir que eu me dedicasse à análise da política pública voltada para o que seria a minha área de formação. Na sutileza aparente desses comentários, me deparei com o que entendo que seja uma reivindicação do lugar do cientista social. Questionemo-nos: quem é o cientista social? Quem é o etnólogo? Quais são as autorizações que o pesquisador precisa para a validação da pesquisa? Com o máximo respeito aos colegas sociólogos e as suas contribuições, mas a atividade de pesquisa, principalmente a etnografia, nos fornece ferramentas integradoras que permite conciliar sem prejuízos a formação, o objeto e o método para a realização da pesquisa. Além disso, em campo, o pesquisador muitas vezes precisa estar desprendido das titulações acadêmicas para estar aberto às novas possibilidades.

O olhar antropológico, de relevância para o pesquisador, não vem dos títulos acadêmicos, em que pese a sua importância, é alcançado quando nos munimos dos nossos referenciais teóricos e empregamos na pesquisa os meios necessários para perceber as dimensões de práticas sociais, interações, categorias ou conceitos das instituições que por vezes não são explorados, os relativizando. O que nos importa aqui é utilizarmos os recursos que temos a nossa disposição, como os procedimentos técnicos da etnografia, como o diário de campo, a observação participante, entrevistas, análise documental, bem como a descrição etnográfica, que é a nossa pretensão.

Na pesquisa de campo, a instituição acontece aos olhos do pesquisador, através da perspectiva antropológica. As práticas sociais observadas, as relações estabelecidas, os vínculos ou as pessoalidades, não cabem na redação de uma política pública. A possibilidade da pesquisa nos permitiu acessarmos uma instituição que se distancia de

qualquer conceito fixo e impenetrável, que aciona as complexidades da vida em sociedade para revelar os seus inacabamentos, a partir da sua trama existencial.

William Foote Whyte (2005) empenhou esforços em uma pesquisa de campo que permitiu ultrapassar os limites da visão estereotipada de uma comunidade. A experiência em campo fez com que Whyte percebesse que o que era observado em campo não cabia nos conceitos e categorias, como a ideia de desorganização social, quando registrou as particularidades, as próprias formas de organização e hierarquias em uma comunidade urbana.

> Sua valorização da observação participante certamente não é apenas retórica, mas sim a expressão de uma posição ético-científica voltada para a melhor e mais rica compreensão dos fenômenos sociais, tendo como base o respeito aos indivíduos e grupos investigados. Representava a rejeição de abordagens e julgamentos, muitas vezes com roupagens cientificas, que sustentavam – e, diga-se de passagem, até hoje frequentemente sustentam – políticas públicas arbitrárias e mesmo truculentas. Nesse sentido, viver e conviver com os universos pesquisados, participando de suas dificuldades e dramas, por períodos de tempo mais extensos, representava, de saída, um esforço para não ficar preso ao senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando situações em que matizes, ambiguidades e contradições são características inescapáveis. Assim, em especial neste livro, Whyte moste que, longe de ser "socialmente desorganizada", Corneville apresentava um complexo sistema de relações entre grupos, redes sociais e interações individuais que expressava densos e ricos conjuntos de significados. Esta é uma de suas principais contribuições para o trabalho de campo e para a produção do conhecimento em geral. (VELHO, 2005, p. 12).

No desenvolvimento da pesquisa, a observação participante foi possível a partir do acompanhamento de atividades que são desenvolvidas pela instituição. Alguns encontros no Centro POP em rodas de conversa, com usuários e a equipe de servidores, nas filas para o recebimento de alimentos, preenchimento de fichas institucionais, foi a partir dessas situações que nos aproximamos e chegamos aos nossos registros.

Figura 1: Da esquerda para a direita, uma estagiária da instituição auxilia três usuários no preenchimento de uma ficha de informações. Ao fundo, quadro de avisos com horários e atividades.



Fonte: Arquivo do autor (2017).

Figura 2: Registro de Oficina com a equipe pedagógica da instituição.



Fonte: Arquivo do autor (2017).

Durante a realização da pesquisa nos foi exigido que buscássemos alternativas a algumas adversidades que inesperadamente surgiram, como a pandemia da COVID-19. Nesse sentido, integramos à pesquisa técnicas exequíveis ao nosso alcance. Além da observação participante e realização de entrevistas, gravadas e posteriormente transcritas, realizamos o registro fotográfico da estrutura física do Centro POP, bem como recorremos à descrição das idas à instituição para a análise.

2.1 DAS ADVERSIDADES ÀS ALTERNATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Um dos componentes fundamentais para a realização da pesquisa é um cronograma exequível. O planejamento de cada etapa da pesquisa dentro do tempo disponível pode repercutir no êxito da sua execução. Nos programas de pós-graduação de mestrado, ao menos no nosso caso, esse tempo tem sido de, em média, vinte e quatro meses dedicados do ingresso à entrega da dissertação como trabalho final. Falo sobre isso porque ingressei no programa de mestrado acreditando que esse seria o tempo dedicado à pesquisa.

Como é de inescusável conhecimento, enfrentamos um momento de muitas adversidades em decorrência da pandemia do novo coronavírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou, em 11 de março de 2020, o status de pandemia mundial, em decorrência do vírus da COVID-19. A repercussão da doença em escala global fez com que atos da vida cotidiana, como a locomoção e o contato físico, se tornassem verdadeiras adversidades. Diante do contexto, autoridades sanitárias e em saúde passaram a recomendar, além das medidas de higienização pessoal e esterilização de superfícies, o “distanciamento físico” como conjunto de ações voltadas para a limitação do convívio social, tendo por objetivo a diminuição da propagação do vírus.

As medidas de distanciamento físico anunciaram as dificuldades imprevisíveis que enfrentaríamos para a realização da pesquisa de campo. No primeiro momento, a pandemia imobilizou as atividades da pesquisa, distorceu as informações e perspectivas que tínhamos do campo e nos lançou, no escuro, em um mar de imprevisibilidades. Como um trem pode descarrilhar, há incontáveis possibilidades da pesquisa se tornar inexequível. A pandemia nos fez temer que, além de descarrilhado, não houvesse trilhos para seguirmos a viagem. A situação nos permite reforçar a evidência de que o campo, ainda que constituído por suas particularidades, não é um mundo à parte, mas também parte do mundo.

No cronograma elaborado antes do contexto pandêmico, os doze primeiros meses do programa de mestrado foram dedicados ao curso de componentes curriculares da formação e à pesquisa bibliográfica para a formulação da base teórica pertinente ao objeto da pesquisa, como aconteceu. Os outros doze meses seriam dedicados à imersão

em campo, registros e levantamento de dados, e escrita da dissertação. A pandemia atravessou a pesquisa nesse segundo momento, em março de 2020.

Na verdade, como o contato com a instituição já estava estabelecido, através da experiência no programa de iniciação científica, nos programamos para retornarmos ao campo para atendermos aos objetivos da pesquisa de mestrado, o que não foi possível no primeiro semestre de 2020.

Nesse período, além de continuar com a pesquisa bibliográfica, identificamos que esse contexto também afetou diretamente o objeto da pesquisa, integrando o campo e às práticas sociais que nos levam à análise. O campo não está restrito ao espaço físico geograficamente delimitado. Essa percepção permitiu o monitoramento e registro de movimentações relacionadas ao objeto, principalmente através de informações divulgadas por plataformas digitais, dados que foram registrados como pertencentes aos discursos oficiais da instituição e que foram analisados quando conseguimos restabelecer as visitas e o contato físico, como ocorreu e será melhor detalhado no próximo capítulo.

O contexto da pandemia, bem como as consequentes medidas de distanciamento social, nos surpreendeu tanto porque tradicionalmente a metodologia aplicada à pesquisa de campo, mais especificamente a etnografia, se destaca pelo “estar lá”, pelo “fazer o campo”. O objeto, desconhecido como é, salta ao pesquisador como um convite para que seja visto com os próprios olhos. A título de primeira impressão, a pandemia rompeu a premissa mais usual da pesquisa, que é a ida até o encontro com o outro. No entanto, para nos valermos da expressão utilizada por Mariza Periano (2014), “os tempos mudaram”, em referência a novos entendimentos sobre a etnografia e às técnicas para a realização da pesquisa.

A pesquisa de campo exige do pesquisador a exploração dos sentidos, como a audição, visão ou olfato, que são os primeiros recursos a serem mobilizados. As novas urgências fizeram surgir também novas possibilidades. A instituição passou a utilizar mais de recursos visuais e estéticos para se comunicar com os seus interlocutores. As postagens em redes sociais se tornaram mais frequentes. Os sinais grafados nas paredes e no chão foram reforçados para orientar a entrada na instituição, as filas ou lembrar os protocolos de higienização.

Para pensarmos além das primeiras impressões dos desafios que a pandemia nos trouxe, nos bastou o tempo, compositor de destinos e inventivo, como escreve e canta o baiano Caetano Veloso. Logo, quando retomamos o olhar para os novos horizontes, passamos a utilizar mais as tecnologias que temos ao nosso alcance. Etapas de cumprimento obrigatório para a realização da pesquisa no PPGCS da UFCG, como Defesa de Projeto e o Exame de Qualificação, foram realizadas através de plataformas digitais. Por mais que o momento nos exija capacidade de adaptação rápida, a qual nem sempre temos como dispor, por diversos fatores, nos apeguemos às possibilidades de tornarmos as pesquisas realizáveis.

Antes da pandemia já utilizávamos esses recursos. Ainda na graduação, quando estabeleci o primeiro contato com a Secretaria de Assistência Social do município, entrei em um grupo no aplicativo WhatsApp em que também estava uma das coordenadoras do Centro POP, em 2017. Foi a partir de recursos online como esse que pude acompanhar a instituição e conservar a possibilidade de retornar para a realização da pesquisa. No primeiro trimestre de 2021, descobri que essa coordenadora não atuava mais na instituição. Pelo mesmo aplicativo de mensagens, consegui o contato da nova coordenadora, canal por onde pude me apresentar como pesquisador, falar sobre a pesquisa e por onde obtive a autorização para ir pessoalmente à instituição.

A estratégia do contato por um aplicativo de mensagens pode ser um risco para a execução da pesquisa, se considerarmos que estarmos por trás de uma tela pode causar ruídos na comunicação. Por essas peculiaridades, é importante cautela na forma como será feita essa abordagem. Nesse caso, pude me valer de já ter estado na instituição, informação que acredito ter ajudado na transmissão de confiança à coordenadora. Identifiquei-me como aluno de um programa de mestrado da UFCG, informei que já conhecia a instituição e perguntei sobre a possibilidade de fazer uma visita. A coordenadora marcou a visita para o outro dia, às 10h da manhã.

Apesar da tensão do contexto da pandemia, restabelecer o contato com a coordenação da instituição não foi uma adversidade. Possivelmente a experiência no projeto de iniciação científica tenha deixado as portas da instituição abertas para a nova pesquisa. O desafio foi, além de estar ameaçado pelo vírus que possivelmente poderia estar circulando no trajeto que eu faria até chegar lá ou na própria instituição, mas também representar uma ameaça, como um possível agente transmissor do vírus, para

os que iriam me receber. Conciliar esses riscos em potencial, como o de levar ou trazer para casa o inimigo invisível, não foi tarefa das mais fáceis, mas recorremos ao máximo possível à ciência, aos protocolos de segurança, principalmente pelo uso de máscara de proteção e álcool em gel, como é recomendado.

A primeira informação que registramos foi a descentralização dos serviços de abordagem da instituição. Em decorrência da Pandemia da Covid-19, o município de Campina Grande inaugurou uma unidade voltada para a assistência social à população em situação de rua no Centro da Cidade, próximo à Feira Central, para a realização de atendimentos eventuais, como entrega de alimentos e higienização. Na verdade, no decorrer da pesquisa, identificamos que se trata de mais uma estratégia para que dessa unidade a pessoa que é atendida seja encaminhada para o acolhimento institucional na unidade que fica no bairro da Prata.

As informações sobre o vírus em cartazes e os espaços para a higienização passaram a compor o ambiente da instituição.

Figura 3: Alertas dos protocolos de segurança.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 4: Registro de dedetização no Centro POP.



Fonte: Conta oficial no Instagram da Secretaria de Assistência Social de Campina Grande (2021).

Figura 5: Ponto de higienização para a lavagem de mãos.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Não temos como minimizar os efeitos da pandemia em face da realização da pesquisa ou de qualquer atividade que seja. Escrevo enquanto o Brasil já ultrapassou as 500 mil vidas perdidas para a Covid-19. A maior parte dessas pessoas morreram de uma doença para a qual já existe vacina. Acreditemos que no futuro historiadores, sociólogos, antropólogos, politicólogos, juristas etc., tornarão esse momento mais compreensível. No entanto, também entendamos a importância de resistirmos ao momento de crise política, de ataques à universidade pública e às redes de fomento à produção científica, principalmente às ciências humanas.

Em proporções diferentes, a imprevisibilidade é inerente às pesquisas de campo. Nesse sentido, é necessário estar aberto e atento aos possíveis caminhos sinuosos que nos são apresentados ao fazer o campo.

> A sinuosidade do terreno etnográfico nos conduz a encontros e desencontros significativos com atores e universos socioculturais e, ao contrário do que possamos imaginar no início do processo de pesquisa, o resultado ao qual poderemos chegar será um arranjo que reside no encontro de mundos, visões e práticas que se configuram para além da simples junção deles. Aí reside a riqueza da prática etnográfica e das análises antropológicas. (SILVA, 2017, p. 61).

Inegável que é um momento de desafios, mas também de descobertas. Ao pesquisador cabe buscar se adequar às adversidades que surgem em campo, por onde buscamos as alternativas descritas para a realização da pesquisa no contexto da pandemia da COVID-19.

2.2 O JOGO: AS REGRAS ENTRE O PESQUISADOR E O CAMPO

A pesquisa de campo em instituições revela um complexo jogo de interesses, ainda que a finalidade não seja a de que ao final se tenha um vencedor. De um lado, o pesquisador, na maioria das vezes um estranho àquele universo e que precisa estar atento a formalidades e a procedimentos solenes, tidos como próprios da administração pública, para ter acesso à instituição e aos meios para que a pesquisa possa acontecer, os conciliando e atendendo aos objetivos e cronograma previamente estabelecidos. Do outro, a instituição, por meio de seus representantes, pessoas que gerenciam os protocolos, a pertinência da pesquisa, os ganhos, o que quer mostrar ou como e se quer mostrar, assim como podem determinar as regras desse jogo.

É de se esperar que o ingresso em uma instituição não seja uma etapa fácil da pesquisa de campo. É como uma difícil conquista da intimidade. Por nossa experiência nesta pesquisa e em outras das quais temos conhecimento, é possível dizer que por vezes o acesso ao campo precisa ser negociado. Como em uma negociação, os negociantes têm objetivos, ainda que subentendidos.

Nesse caso, desde a experiência no PIBIC, o Centro POP, por uma de suas coordenadoras, manifestou o interesse em colaborar com a pesquisa pelo fato de desejarem estarem mais próximos das universidades, para parcerias em projetos de extensão, apoio institucional, mas principalmente para que pudessem contar com o apoio de estudantes que se voluntariassem a atuar na instituição como estagiários. Vislumbrei a oportunidade de acessar o universo institucional que viria a se tornar o campo desta pesquisa. Ao aceitar ser o estagiário que a instituição buscava, as portas para a realização da pesquisa se abririam. E assim aconteceu.

Em algumas situações, cumprindo essa atribuição voluntária de estagiário, cheguei a contribuir com atividades na instituição, como algumas oficinas e minicursos que foram divulgados pelas redes oficiais da Secretaria de Assistência Social do município que ressaltam a parceria institucional com a universidade.

Figura 6: Registro de minicurso oferecido por estagiários do Centro POP.



Fonte: Conta oficial no Instagram da Secretaria de Assistência Social de Campina Grande (2017).

O pesquisador precisa estar atento aos códigos, regras, e às moedas de troca que por vezes são propostas em campo. Certamente me questionei, como também poderei ser confrontado após a publicação da dissertação, sobre a viabilidade da estratégia utilizada para a imersão na pesquisa, através da colaboração como voluntário. Entendo que em toda decisão relacionada à pesquisa de campo há riscos. No entanto, depositei nos recursos metodológicos as fichas para que esses riscos fossem minimizados e que pudéssemos delinear objetivos exequíveis.

Taniele Rui (2014), no desenvolvimento da pesquisa que deu origem a sua memorável tese de doutorado, "Nas tramas do Crack: etnografia da abjeção", revela o ingresso em campo através da integração a uma equipe de um Programa de Redução de Danos (PRD) que atuava no contexto dos usuários de crack na cidade de São Paulo:

> Tal entrada também pode parecer, a muitos antropólogos, cômoda, posto que sempre mediada por instituições. Quanto a isso, só posso argumentar que se os redutores podiam organizar meus passos e minhas interações, eles não podiam orientar o meu olhar nem os meus pensamentos. Também nunca é demais lembrar que, em situações como essa, complexas relações de poder estão envolvidas. Comparada aos redutores, eu tinha a vantagem do acúmulo de leituras sobre o trabalho que realizavam e sobre os espaços visitados, ou seja, eu tinha me preparado intelectualmente para estar com eles, para o modo como seria recebida, para a imagem que poderia passar aos usuários e, também, para ver coisas diferentes das que eles viam. Nesse sentido, esta pesquisa não foi nada "acidental" (Zaluar, 2009). Eles, por sua vez, eram detentores do poder de me recusarem informação ou impedir o meu acesso a esses espaços a qualquer momento. E muitas vezes, de fato, fui repreendida pela minha postura em campo, porque estava sendo avaliada como redutora; não como antropóloga. Em inúmeras situações, deslizes meus na função de redutora eram ironizados – o que parecia lhes dar algum prazer. Se, em um primeiro momento, tudo isso me pareceu limitar a análise, posteriormente pude ver essas restrições e jogos de poder como parte inseparável da própria dinâmica de elaboração dos "dados": como fazer uma antropologia dos usos extremos de drogas tendo que me limitar ao cronograma das visitas dos redutores, às suas passagens pelos locais de consumo, às falas e práticas possíveis e escassas nessa condição foi a pergunta que mais me inquietou ao longo da pesquisa. Cabe a mim, agora e ao longo do livro, mostrar o que só essa entrada e a metodologia nela implicada, assim como minhas estratégias para superá-la, foram capazes de revelar sobre o uso abusivo de crack. (RUI, 2014, p. 49).

Nesse sentido, a imersão na instituição Centro POP como estagiário possibilitou o acesso a espaços restritos aos funcionários, bem como a dados e relatórios elaborados pela coordenação que também nos serviu como fonte de informação à pesquisa.

Outro fator importante é que estar ao lado da equipe que operacionaliza a instituição permitiu transitar pelo lugar da oficialidade, quando a instituição apresenta o seu discurso oficial, com as finalidades e diretrizes próprias da Política Pública. No

entanto, essa oficialidade não é inflexível ou impenetrável. Ainda que oficialmente tentem imprimir nas suas falas e ações os pressupostos das habilitações profissionais que possuem, bem como os inerentes à administração pública, os servidores com os quais tive contato estiveram a todo tempo moldando as suas falas a depender das situações e de com quem se falava, entre o que podemos identificar como o "*on"* e "*off"* da instituição, ou entre o palco e os bastidores, para nos valermos por analogia de acepções teatrais que também já são utilizadas.

No *on*, a pessoa que fala em nome da instituição tenta ao máximo possível reproduzir as diretrizes da política pública, o discurso oficial, ou até mesmo a impessoalidade, se colocando distante da instituição enquanto a represente e fala em nome dela. No off, o corpo parece relaxar, a postura e o discurso é mais intimista, como se cada fala fosse precedida pela expressão "cá entre nós".

É no off que a instituição revela o seu cotidiano e as suas outras dimensões, práticas sociais percebidas pela pesquisa. O acesso aos bastidores pode ser negado ao pesquisador, por razões que já colocamos. Também por esses fatores inerentes ao campo de pesquisa que se torna imprescindível a escolha de recursos metodológicos que permitam a compreensão do campo antes mesmo do contato presencial ou oficial com ele. Nesse caso, o jogo para o pesquisador começa antes do play. Os primeiros contatos com as regras, com os interlocutores, as primeiras impressões, são registros que já integram os próprios resultados da pesquisa.

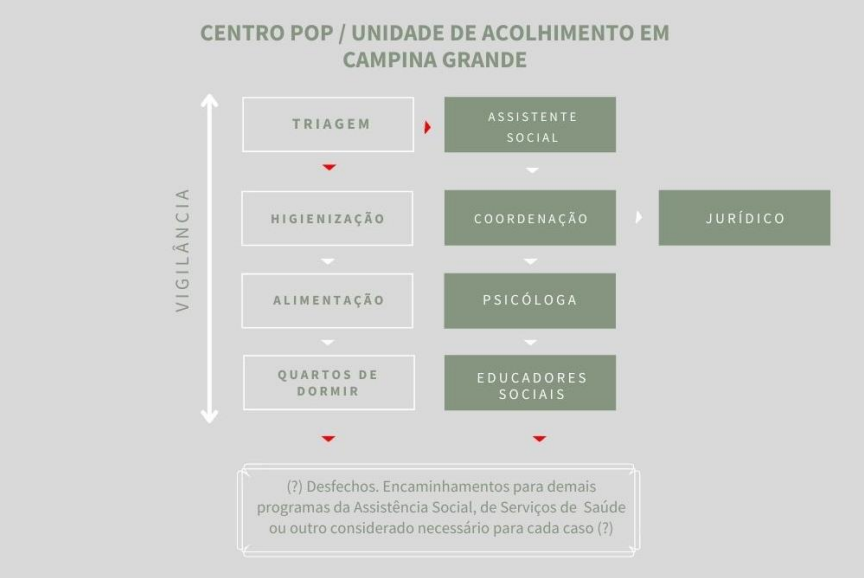
É importante refletirmos sobre o fato de que o pesquisador também pode estar sendo observado. Desde a roupa que veste até às outras linguagens que se usa, não saberemos ao certo até que ponto as subjetividades irão interferir na relação entre o pesquisador e o campo. Nesse sentido, os objetivos claros e definidos poderão direcionar as nossas escolhas e estratégias para as primeiras iniciativas em campo.

Se uma instituição não permite a entrada de pessoas sem camisa e de bermudas, é previsível que o pesquisador que assim se apresente não consiga o acesso ou que até mesmo feche a possibilidade da pesquisa. Entendamos as regras anunciadas oficialmente como um mapa que, se seguido, pode levar aos tesouros, dados e informações, que costumam estar guardados nos lugares mais íntimos das instituições.

Com o campo aos olhos, recursos metodológicos foram pensados para a realização da pesquisa, como a entrevista semiestruturada, que tem como aspecto principal o levantamento de questões de base para que, a partir das respostas dos entrevistados, possam ser comparadas com as hipóteses levantadas, como também ser relacionadas com as do suporte teórico sobre o tema. Triviños (1987, pág. 152) afirma que a entrevista semiestruturada "favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão".

Para a realização das entrevistas, foi feito um mapeamento dos serviços oferecidos pela instituição, através das equipes de profissionais que nela atuam. Após essa identificação, tivemos como objetivo entrevistar integrantes das esquipes da coordenação, da educação social, da psicologia, da assessoria jurídica, da assistência social e da vigilância. Esse mapeamento nos permite ter uma visão de como a instituição está oficialmente organizada.

Figura 7: Organograma para ilustrar os serviços disponibilizados na instituição.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Para as entrevistas com os profissionais que operacionalizam a instituição foi utilizado gravador de voz, para posterior transcrição da gravação. Em todos os mementos a pessoa entrevistada foi avisada de que a entrevista seria gravada e que aceitava a colaboração com a pesquisa. Foram realizadas oito entrevistas, entre as gravadas e as registradas em diário de campo, com 02 coordenadores, 01 educadora social, 01 psicóloga, 01 advogada, 01 assistente social e 02 vigilantes. As entrevistas

auxiliaram a mensurar a realidade empírica em que a instituição está inserida e sua trama existencial, ainda que os recursos metodológicos não estejam limitados às gravações.

A maior parte das entrevistas aconteceu durante a vigência das medidas sanitárias de restrição de contato físico em decorrência da pandemia, como colocado no subtópico anterior. A máscara foi utilizada em todos os momentos. No entanto, uma situação merece ser relatada. Quando realizava uma das entrevistas, a um coordenador, fomos interrompidos por uma cozinheira da instituição para saber se gostaríamos de comer algo ou tomar uma água. O coordenador prontamente cuidou de me oferecer. Recusei na primeira vez em que me ofereceu a água. Naturalmente, eu precisaria tirar a máscara e a cogitação me trouxe certo receio. O coordenador insistiu para que eu aceitasse um suco. O gesto repetitivo de oferecer me pareceu um código e uma oportunidade para que ficássemos mais a vontade e estreitássemos a confiança durante aquela conversa. Como aconteceu. Acredito que o ato de aceitar o suco possa ter me levado para mais perto, como se estivéssemos mais a vontade naquele lugar ao compartilharmos aquela refeição. Mantivemos o distanciamento ao tomarmos o suco e ao final desse dia eu tinha obtido uma importante entrevista para a pesquisa.

O momento em que tomamos o suco, na sala da coordenação, de acesso restrito, é um exemplo dos bastidores da instituição. Nos bastidores notamos outras dimensões da unidade, percebida pelo olhar, pelo gestual e pelos comentários escapulidos em voz baixinha e em tom de intimidade. A oficialidade esbarra na vida cotidiana. Nesse sentido, muito mais que captar a correspondência dos atos ou dos comentários escapulidos que fogem às diretrizes oficiais da instituição, coube-nos identificar que as práticas extraoficiais também compõem a sua trama.

> A questão da verdade está no centro da reflexão sobre o testemunho. Em que ele interessa realmente o etnólogo? Este último não busca produzir "verdades", uma vez que elas não são nunca definitivas, e o próprio etnólogo seria mesmo incapaz de dizer de antemão qual é a "verdade" diante da qual ele poderia controlar as palavras dos outros. É bem mais interessante saber por que e como as pessoas fazem narrativas estereotipadas em vez de desmascarar a mentira. E para o etnólogo, compreender o mundo tal qual ele é consiste, por exemplo, em descrever como várias pessoas juntas constroem uma verdade coletiva. Sabendo que, pelo menos em parte, essa verdade talvez seja uma mentira individual, uma vez que as testemunhas finalmente falarão de acontecimentos que não viveram pessoalmente, ainda que realmente tenham ocorrido. (AGIER, 2015, p. 85).

Tal como os usuários são ensinados a serem usuários, os funcionários são levados à representação das suas formações profissionais, no que se assemelha a uma personificação do Estado e da oficialidade. Nesse interim, transitam entre as ocupações funcionais e as suas pessoalidades, o que nos faz perceber que em alguma medida também participam do processo transicional ambientado na instituição, ao passo em que ocupam a posição de autorizados a conduzir o ritual transformativo.

Nesse processo, apesar de não ser inicialmente o foco imediato do trabalho, é interessante perceber as ligações que Richard Schechner estabelece entre o ritual e a performance. Para o autor, o ritual é utilizado para lidar com momentos difíceis, desequilíbrios sociais e pessoais, transformando as pessoas permanente ou temporariamente (SCHECHNER, 2012). Durante o período liminar, os indivíduos seriam transportados de suas realidades, podendo ou não passar por uma transformação. Nesse sentido, ao assumirem a liminaridade, há a suspensão dos papéis anteriormente desempenhados pelos indivíduos, acarretando no assumir de outra personalidade, interim oportuno onde a performance acontece.

Apesar de se valerem de algumas bases teóricas semelhantes, cumpre ressaltar que há distinções no manuseio de alguns conceitos desenvolvidos por Turner e Schechner, como por exemplo no fato do primeiro entender transformação enquanto “status” e o segundo em termos de personalidade. Entretanto, pelo entendimento de que na suspensão dos papeis, em um momento de liminaridade, a performance acontece, entendendo esta pelo seu conceito genérico apresentado por Schechner (2006) - de que *performance* pode ser qualquer ação, não necessariamente humana - , é possível ampliar o horizonte aqui vislumbrado e creditar à análise no Centro POP, bem como da própria Política Nacional para a População em Situação de Rua e seus atores, à luz de contribuições da antropologia da performance.

CAPÍTULO 3.0 – POR DENTRO DA CASA: O CONFISCO DAS RUAS E A EXPERIÊNCIA DE UM ESPAÇO LIMINAR

> *"Se as estrelas são tantas, só mesmo o amor. Maurício, Lucila, Gildásio, Ivonete, Agripino, Gracinha, Zezé. Gente espelho da vida, doce mistério".*
>
> (Caetano Veloso, 1982).

Pelas observações realizadas no contexto da cidade de Campina Grande, é possível identificar que a Política Pública, pelos agentes que operacionalizam a instituição Centro POP, se concentra em um aspecto objetivo do contexto relacionado à população em situação de rua, que é a ausência de uma casa como ponto fixo, como referencial padronizado e convencional para o estabelecimento de moradia.

A pessoa egressa da situação de rua chega à unidade por vontade própria, se dirigindo pessoalmente ao endereço, ou nos transportes disponibilizados pela instituição, com as equipes das buscas ativas nos momentos das abordagens pelas ruas da cidade, em situações como a que podemos observar em registros do Centro POP:

Figura 8: Registro de abordagem realizada em 16/01/2020, na Praça da Bandeira, em Campina Grande.



Fonte: Imagem fornecida pelo Centro POP-CG (2021).

Figura 9: Registro de abordagens realizadas em 03/03/2020, na Rodoviária Velha e Rua Venâncio Neiva, em Campina Grande, respectivamente.



Fonte: Imagem fornecida pelo Centro POP-CG (2021).

Pelas imagens e depoimentos que registramos, os agentes vão às ruas portando crachás e sinais visuais em coletes que os identificam como integrantes da equipe vinculada ao poder público. A logomarca da prefeitura estampada na frente da roupa são sinais que autorizam e dão legitimidade às abordagens, como também servem para indicar nesses espaços públicos que algo está sendo feito. O registro fotográfico das abordagens pelos funcionários é uma forma de documentar e comprovar que a instituição está funcionando. Por outro lado, a formalidade pode dificultar o acesso à pessoa que está em situação de rua.

> Nós fazemos a abordagem. Deixe eu te dizer. A gente sai todos os dias, fazemos as buscas ativas. Vamos aos principais pontos em que há pessoas em situação de rua. Vamos ao viaduto, à feira central, à praça... E a gente também recebe algumas denúncias. Ligam quando tem alguém em situação de rua. A gente vai lá. Mas muitas vezes eles não querem. E a gente não pode usar de força, ou obriga-los a fazerem uso do serviço. Não é um serviço forçado de ir lá e tirar da rua. Nessa abordagem a gente apresenta o serviço, faz o levantamento de todos os dados para que quando chegar aqui o prontuário já fique mais completo. Nós vamos identificados, todos de colete, a gente chega logo se apresentando. A gente dá abertura pra eles falarem. Quando eles não querem falar, a gente respeita. As vezes a ficha fica incompleta porque eles não querem falar e a gente não obriga. Já aconteceu comigo de ir atender um senhor no viaduto e ele se levantou e só não bateu em mim porque um educador social chegou perto. Ele ficou furioso. E eu disse “tá certo, senhor...” (risos). Às vezes é a própria convivência na rua, a agressividade... Porque as vezes por um palito eles se espancam, se esfaqueiam, tocam fogo... Essa agressividade é muito comum na rua. Não todos. Mas eles não têm filtro. (Elaine, psicóloga, entrevista realizada em 10 de março de 2021).

Desde o primeiro contato com a pessoa em situação de rua é possível perceber que a equipe apresenta a instituição como uma alternativa àquela situação, pelo trabalho de convencimento a aceitar o serviço oferecido. Pelo aceite, a pessoa outorga para a

instituição a condução do processo transformativo a ser iniciado, ambientado no espaço pensado para ser casa, que é o Centro POP como unidade de acolhimento.

Figura 10: Placa e avisos da entrada da instituição.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 11: O corredor da entrada e o caminho pronto para ser trilhado.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Essa é primeira visão que quem chega tem do interior do imóvel: o corredor. À esquerda, a sala de triagem, onde o prontuário do usuário é preenchido. Por todos os

lados é comum ver o aviso fixado com o informe “Desacato a funcionário público é crime”, em referência ao art. 331 do Código Penal Brasileiro.

> Há conflitos sempre. Você sabe que o servidor público já tem uma fama. Eu não digo nem que seja só com eles. Mas aí eles já vêm com essa rejeição e a gente tenta muito quebrar isso aí, mas de inicio meio que a defesa deles é atacar. Eles vem com essa opinião formada da rua aí acham que vai encontrar a gente desse jeito. Aí vem ásperos. **Aí não pode baixar a cabeça de vez, tem que mostrar pra eles que a gente não é isso. A gente também não tá aqui pra ser feito de...(pausa) ser menosprezado. Nós somos uma grande família.** E família às vezes diz sim, quando é pra gente elogiar, a gente tem o maior prazer de chegar lá e dizer parabéns por isso aqui, mas quando tem a necessidade de reclamar, de dizer não, de dar um puxãozinho de orelha, a gente vai lá e diz tu tá errado nisso aqui. É muito comum o estresse por parte deles quando a gente diz esse não, quando tenta mostrar que o não... (pausa) é uma regra. Aí já tem mais essa parte áspera. A relação é como se fosse família mesmo. (Pedro, coordenação, entrevista realizada em 29 de março de 2021, com grifos nossos).

Quando olhamos para dentro da instituição não nos deparamos com vilões ou mocinhos, como em enredos fictícios. Essas oposições não se aplicam ao universo institucional, sob a ótica socioantropológica. É inegável que agentes públicos no exercício das suas atividades estejam expostos a possibilidade do risco do desacato ou a algum tipo de violência em razão do cargo que ocupam. No entanto, os avisos fixados na instituição não cumprem apenas com a finalidade de dar proteção aos agentes, mas anunciam a quem se deve o respeito no espaço que é controlado primordialmente por esses agentes. E se um usuário for desacatado? Por mais garantias que a legislação possa prever, não há nenhum aviso que alerte para o fato dos usuários também estarem amparados pelas normas. Na fala de um dos coordenadores, transcrita acima, quando diz que “Aí não pode baixar a cabeça de vez”, é uma sinalização de onde partem as ordens na unidade e quem são os ordenados.

O Centro POP, como unidade de acolhimento, é uma providência para que a pessoa egressa da situação de rua tenha a experiência da vida organizada a partir de uma casa convencional. Como casa que se anuncia ser, proponho pensarmos a instituição como estrutura confiscatória, a partir das noções extraídas da antropologia econômica dos bens de Douglas (2005). Quando compreendemos a capacidade comunicativa que os bens de consumo têm, percebemos que a ausência de acesso ou as restrições a eles também podem constituir elementos que comunicam, bem como constituir novas dimensões de práticas sociais.

A maior parte da população que vive em situação de rua recorre a meios diversos para a sua subsistência, como o ato de pedir doações, o exercício de atividades informais esporádicas, a exemplo da limpeza de carros ou de ruas, a prostituição ou tantas outras possibilidades que podem emergir do contexto urbano (SAMBU, 2014). Nesse sentido, ao seu modo, no seu contexto, a população em situação de rua também está a todo o tempo consumindo, acumulando, e gerenciando as suas próprias formas de subsistência, como aponta uma pesquisa realizada com a população em situação de rua na cidade de João Pessoa:

> Normalmente, os indivíduos utilizam a proteção oferecida pelos próprios toldos ou telhados contidos nos espaços em que habitam. Como não possuem um espaço privado para abrigar seus pertences, os objetos dos quais os indivíduos dispõem são escassos: carregam apenas o importante e o necessário para suprir necessidades imediatas. As observações sobre as posses materiais mais comuns entre os interlocutores da pesquisa chegaram aos seguintes objetos: bolsa ou sacola contendo algumas peças de roupa, pente, sabonete, remédios, cigarros, papéis com anotações e telefones de pessoas que conheceram, sacolas plásticas vazias, relógio, entre outros acessórios; papelão (mais frequente) ou colchonete (menos frequente); lençol ou cobertor; vasilhas plásticas; garrafa de bebida alcoólica, e faca ou outro objeto perfuro-cortante. Outros objetos mais incomuns também foram observados, como: telefone celular, óculos de grau, maleta para a confecção de artigos artesanais, rádio portátil, guarda-chuva, lanterna. (SOUSA, 2012, p. 191)

Para Zygmunt Bauman, na sociedade do consumo não há quem seja um "não-consumidor", mas quem, estando a margem da vida para consumo, se encontra na situação do consumidor falho:

> "Numa sociedade de consumidores um – mundo que avalia qualquer pessoa e qualquer coisa por seu valor como mercadoria são pessoas sem valor de mercado; são homens e mulheres não comodificados, e seu fracasso em obter o status de mercadoria autêntica coincide com (na verdade deriva de) seu insucesso em se engajar numa atividade de consumo plenamente desenvolvida. São consumidores falhos, símbolos ambulantes dos desastres que aguardam os consumidores decadentes e do destino final de qualquer um que deixe de cumprir seus deveres de consumo. São homens sanduíche portando cartazes como "o fim está próximo" ou "memento mori" andando pelas ruas para alertar ou assustar os consumidores de boa-fé. São os fios com os quais são tecidos os pesadelos – ou, como preferiria a versão oficial, ervas daninhas, feias porém vorazes, que nada acrescentam à harmoniosa beleza do jardim e deixam as plantas famintas ao sugarem e devorarem grande parte de seus nutrientes." (BAUMAN, 2008, p. 90- 91)

O senso comum projeta no imaginário e nas representações, geralmente, a pessoa em situação de rua portando objetos sem valor de mercado, roupas velhas ou rasgadas, sacolas, papelões etc. Nesse sentido, os bens que portam, na maioria das vezes as sobras das elites privilegiadas, podem ser compreendidos como marcadores da

situação na qual se encontram, através dos quais interações se estabelecem e são por eles estabelecidas. Ao ingressar no Centro, a pessoa egressa dessa situação transfere para a instituição o gerenciamento dos meios para a sua subsistência, pelas providências imediatas como roupas e alimentação consideradas como adequadas. O consumo também passa pela autorização da política pública, evidência que se dá pelo controle do que é permitido ou não dentro do Centro.

É possível perceber que, ao passo que lhes são oferecidos novos caminhos, os usuários têm confiscadas as possibilidades encontradas no contexto das ruas, enquanto vivem esse estágio transicional no Centro POP. Nesse sentido, além do controle dos corpos em um espaço físico geograficamente limitado, também experienciam o controle e o gerenciamento dos bens de consumo, elemento que ajuda a compreender como as relações são estabelecidas entre as pessoas e as coisas dentro da unidade.

Figura 12: Os armários.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

O uso dos bens na instituição, tal como a ocupação do espaço, é negociado. O usuário recém-chegado é direcionado para guardar os seus eventuais pertences. Alguns objetos, como instrumentos cortantes, embalagens portando bebidas ou outras drogas, não são permitidos na instituição. A equipe de profissionais detém esses objetos proibidos, enquanto os permitidos, como roupas e acessórios, podem ser guardados nos armários como o da foto acima, etiquetados com os nomes dos usuários. Os elementos observados são sinais do ambiente controlado, o que não significa que as situações sempre sigam a essas formas de controle. Como percebemos, a instituição e suas regras não são impenetráveis.

No primeiro dia em que retornei ao campo, no contexto da pandemia da Covid-19, acompanhei a entrega do jantar aos usuários do Centro POP, oportunidade na qual pude observar quando um usuário se aproximou da equipe que fazia a entrega das refeições e em alto tom de voz falou apontando para outro usuário, em tom de denúncia:

> Cuidado, novo ladrão de camisa! Fui tomar banho e roubou minha camisa! Tão roubando. Tem um ladrão aqui. Tá roubando, olhem ele aqui. (Fala de um usuário, registrada em diário de campo nos registros do dia 11 de março de 2021).

Diante da situação, uma educadora social se dirigiu aos dois usuários para tentar esclarecer os fatos. Os três foram até a sala da assistente social. A entrega dos alimentos seguiu, retomando o ritmo como se nada tivesse acontecido. Continuei observando a fila e a entrega das refeições, mas atento ao desfecho daquela acusação. Cerca de dez minutos depois, os dois usuários voltam para a fila, pegam as suas marmitas e saem. Após a saída dos usuários, a educadora social comentou com outra integrante da equipe:

> Mulher, pois *num* era verdade? O usuário pegou a camisa do outro, na hora do banho, ele assumiu. Levou uma advertência. (Diário de campo, registros do dia 11 de março de 2021).

Na rua, sem a intervenção da funcionária, caso tal situação tivesse ocorrido, possivelmente o desfecho da situação do furto da camisa teria sido outro. No entanto, na instituição os conflitos são gerenciados. Um dos coordenadores me relatou que não confiava em deixar a unidade “sozinha”, que andava com a unidade na palma da mão, já que pode acessar as câmeras de vigilância por um aparelho de celular a qualquer momento.

Figura 13: A câmera pela qual o coordenador vê na palma da mão tudo o que está acontecendo.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Ao cruzar o portão de entrada, o novo usuário entrega junto com os seus objetos os direcionamentos das possibilidades dos usos, da ocupação do espaço e dos desfechos das situações intermediadas pelos agentes da instituição. A rua é confiscada para que o usuário seja conduzido ao processo transformativo ambientado na unidade de acolhimento do Centro POP. Notamos que o confisco não é definitivo. Quando o novo modelo de vida é proposto em detrimento das práticas anteriores próprias dos contextos das ruas, a rua é colocada em "*stand-by*", para usarmos por analogia o termo em inglês que se refere a um modo de pausa ou de descanso, podendo ser acionada a qualquer momento, considerando que o usuário pode assinar um termo de compromisso e se desligar da instituição para reingressar à situação anterior.

A liminaridade começa na própria estrutura física da instituição, que ao tempo em que foi pensada para ser uma casa para o acolhimento da população egressa da situação de rua, atua confiscando o gerenciamento imediato da vida e de suas possibilidades, para que percorram o caminho que vai da morta à vida que deverá ficar no passado até se posicionarem como usuários da instituição, para que passada a experiência transicional desempenhem novos papeis e se posicionem em outras camadas da sociedade, seja pela filiação ao modelo de casa convencional, ao perfil de trabalhador habitual ou aos outros meios autorizados de subsistência.

3.1: "*É TUDO DO BOM E DO MELHOR*": O REFEITÓRIO, A HIGIENIZAÇÃO E OS QUARTOS DE DORMIR

Conforme colocamos no primeiro capítulo, a casa, como convencionalmente concebida no imaginário social, é o lugar reservado para o desempenho das relações privadas, das intimidades e de vínculos, como espaço de sociabilidade (DaMatta, 1985). Nesse sentido, os espaços são delimitados fisicamente a partir dos seus usos e práticas, em função do que seria a sua finalidade. Na rua o espaço pode ser compartilhado e usado simultaneamente para finalidades diversas. Na casa convencional, os espaços têm funções bem definidas, tais como preparar a comida e fazer refeições, fazer necessidades fisiológicas, dormir etc.

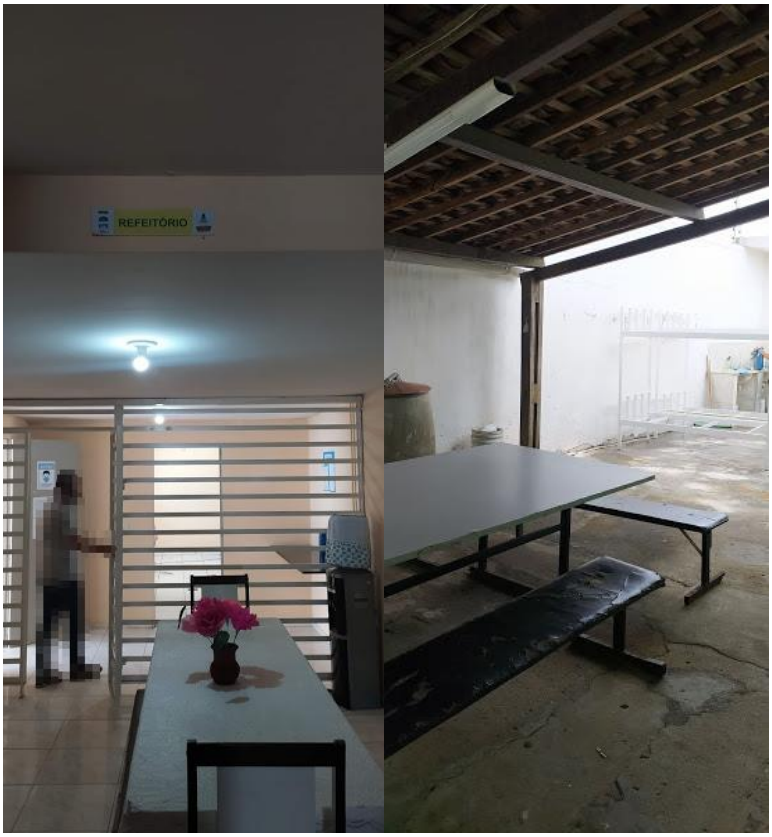
Desde as primeiras visitas ao Centro POP é possível identificar que o espaço é intencionalmente programado para ser uma casa para a população egressa da situação de rua. Quem olha de fora não distingue de imediato que se trata de uma instituição pública. A compreensão da unidade passa a ser mais nítida a partir da placa, do controle do portão de entrada, pelos avisos como o da proibição de entrar sem camisa. Do corredor da entrada, passadas as salas da triagem, da coordenação, do setor jurídico, da assistência social, no interior do imóvel, o espaço retoma a lembrança de elementos da casa convencional: primeiro a cozinha e o refeitório, depois os banheiros e os quartos de dormir.

Figura 14: A cozinha.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 15: O refeitório.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

O uso do espaço da cozinha e do refeitório não é incondicionado. Alguns espaços na unidade costumam ter o seu acesso restrito aos funcionários, a cozinha é um deles. Para as refeições há horários estabelecidos, conforme a descrição de um dos coordenadores:

> São seis refeições. Café da manhã às 07h30min; lanche às 09h30min, almoço ao meio dia; lanche da tarde às 15h30min; jantar às 18h30min e um lanche da noite às 21h30min. Eles não participam da limpeza, eu peço que eles façam somente a limpeza pessoal. Eles fazem o básico, o que a gente faz até em casa mesmo. (Pedro, coordenação, entrevista realizada em 29 de março de 2021).

Quando o funcionário fala que os usuários fazem atividades que "a gente faz até em casa mesmo" demonstra o simulacro da unidade enquanto representação de lar, de casa. Além disso, no espaço da instituição é possível perceber que o ambiente é estruturado para o ensaio da vida convencionalmente organizada a partir do modelo de refeições regulares. No entanto, o fato das refeições serem gerenciadas, inclusive os horários arbitrados pela instituição, afasta do usuário a possibilidade de gerir os seus hábitos ou gostos pessoais, no espaço dedicado à alimentação diária.

> Por exemplo, no café da manhã a gente oferece suco, bolacha, café com leite.. (pausa) é um café que muitas vezes nós não temos e eles tem. O cuscuz... eles sempre brigam pelo cuscuz. É sempre uma reclamação, porque é oferecido um prato de cuscuz e as vezes eles brigam porque querem mais, mas tem as outras coisas. As vezes eles brigam por uma colher a mais. Então quando dá a gente libera pra eles repetirem. As reclamações são sempre em torno disso. Mas a comida que é oferecida pra eles é a mesma que a gente come. E eles ainda têm prioridades, tipo... se faltar mistura, a prioridade é deles. (Elaine, psicóloga, entrevista realizada em 11 de março de 2021).

No próximo tópico abordaremos a pedagogia do convencimento e da obediência. No entanto, na fala da informante, bem como pela própria estrutura física da unidade com os espaços restritos e os horários da alimentação definidos, percebemos que a instituição posiciona os usuários para que se adequem ao modelo idealizado de vida organizada. Também há direcionamentos em relação à higienização, em processo comparável à aprendizagem infantil, que inclui recursos visuais lúdicos.

Figura 16: A higienização.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 17: Os banheiros.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 18: Proibido ficar sem camisa.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Os recursos visuais na instituição articulam os direcionamentos do que é permitido e do que é proibido. Ao tempo em que disponibiliza banheiros para que os usuários realizem os seus procedimentos de higiene e necessidades fisiológicas, a instituição também limita o exercício da intimidade, quando proíbe que se fique sem camisa na frente do local destinado ao banho. A unidade se compõe nas interseções entre a vida privada dos usuários e a sua organização em um espaço que também é público.

Figura 19: Quarto de dormir feminino.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 20: Quarto de dormir masculino.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Ao fazer os registros fotográficos, procuramos manter o respeito e preservar a identidade dos usuários que faziam uso dos espaços da instituição ao tempo das visitas, pois não esperamos que um estranho entre em nosso quarto quando estamos dormindo. Quando entrei no quarto masculino pela primeira vez e vi alguns usuários deitados em camas, fui tomado pelo sentimento de receio e constrangimento por estar entrado em um espaço que nas minhas primeiras impressões seria de privacidade. A tranquilidade do funcionário que me guiou nessa incursão me fez entender que as entradas e saídas faziam parte do cotidiano daquele espaço. Na unidade, o quarto de dormir evidencia mais um ponto de interseção entre a vida privada e a coletividade. De todo modo, pedimos licença àquelas pessoas e evitamos o registro fotográfico, nos reservando ao trabalho de descrição do espaço observado.

O quarto de dormir, de espaço amplo, com camas tipo beliche, lençóis, ventilador e um aparelho de televisão, é possivelmente o espaço compartilhado pelos usuários que representa com mais proximidade a privacidade que se espera de uma casa convencional. A cama é do usuário pelo tempo em que ele permanecer na unidade. É um lugar fixo e certo, ainda que provisório. A cama oferecida pela instituição, como um bem de consumo que é, nos revela como noções de dignidade, cidadania, está relacionada à capacidade aquisitiva dos bens (DOUGLAS, 2005). No entanto, dessa observação, nos surge outra, que é a estratificação da distribuição dos bens entre as

classes sociais ou status social. Em um relato de uma das entrevistadas sobre a estrutura física da unidade, uma funcionária da instituição, nos chama atenção quando relata:

> Melhorar, eu não posso dizer melhorar. **Aqui é tudo do bom e do melhor [para eles].** A gente atende eles. Tá entendendo? Pra verem que a gente tá aqui pra ajudar. (Marta, assistente social, entrevista realizada em 10 de março de 2021).

Outra situação registrada no diário de campo merece ser resgatada para compor a nossa análise.

> Estávamos na sala da coordenação, na unidade inaugurada no Centro. Eu e uma das coordenadoras. Falávamos sobre os cuidados e medidas de distanciamento para combate à pandemia. Questionei sobre como tem sido a organização das filas quando chegam à instituição. A informante falou "Eles mesmos aglomeram, é perdido. **Eu disse pras meninas que não adianta dar máscaras bonitinhas, eles não sabem usar".** Enquanto falava, ela usava uma máscara de cambraia, um tecido em linho com bordado. (Diário de campo, registros do dia 09 de março de 2021, com grifos nossos).

É importante observarmos que a forma como os bens estão disponibilizados em face do destinatário, a exemplo da cama definida como suficientemente da boa e da melhor, ou da máscara bonitinha desnecessária para eles, revela como os usuários estão posicionados nas camadas sociais inferiores nas tramas construídas nesta "casa". A título de exemplificação, tal como práticas individuais podem estabelecer as diferenças simbólicas entre os indivíduos, por analogia à perspectiva bourdieusiana, a forma como os bens estão distribuídos evidencia a estratificação e classificação dos indivíduos na sociedade.

> Nesse sentido, as práticas individuais possuem origem no *habitus* que permeia as condições de existência dos indivíduos, e funcionam como meio de classificação e de estratificação destes indivíduos, pois revelam as distinções e as hierarquias presentes na sociedade da qual eles pertencem. (SOUSA, 2012, p. 81).

Assim, considerando os usos e gerenciamentos dos bens como uma dimensão das práticas sociais e a sua ligação com a noção de dignidade humana (DOUGLAS, 2005) que é utilizada como instrumento de validação das políticas públicas, a instituição oferece a cidadania arbitrada como adequada para aqueles que vêm daquela realidade social, na medida da camada social inferiorizada a qual pertencem. Isso justifica a autocontemplação da instituição como garantidora do "bom e do melhor" aos usuários.

Aos "consumidores falhos" caberiam as sobras das elites privilegiadas, no dizer de Bauman (2008), que por vezes são institucionalizadas por políticas públicas. Não

questionamos, ao menos nesse momento, a possível eficácia ou utilidade da instituição, mas como a sua trama revela os lugares sociais ocupados pelos atores. A unidade do Centro POP observada, como unidade de acolhimento, evidencia as contradições sociais, a desigualdade material e as distinções de classes na sociedade capitalista moderna que é constituída em estado democrático de direitos.

Como exemplo, em agosto do ano de 2000, no Rio de Janeiro, um grupo de pessoas organizadas como um movimento de "sem-teto" pretendia realizar um ato absolutamente simples ou banal: um passeio ao shopping. Ao chegarem ao local, foram repreendidos por esquipes de segurança e pela Polícia Militar. Por registros jornalísticos da época, é possível perceber que, nessa banalidade, o fato de pessoas pertencentes a um grupo considerado "perigoso" pelos segmentos conservadores entrar no shopping produziu cenas de pânico, com portas sendo fechadas, escadas rolantes desligadas, vendedores seguindo cada passo dos visitantes, portas sendo fechadas, seguranças sendo chamados, atos direcionados contra pessoas de outro grupo social, por estarem atravessando uma fronteira que existe e é percebida, apesar de invisível, dado o conflito das classes sociais.

Tal como os camponeses, tratados como ladrões de madeira, ou despossuídos, observados por Marx (2016), os sem-teto no shopping Rio Sul causaram algum tipo de desconforto ou despertaram certo conflito de interesses em relação aos dominantes. Os fatos registrados demonstram a inaplicabilidade do direito à liberdade de ir e vir, por exemplo, quando as escadas rolantes do shopping foram travadas, ou quando os banheiros públicos foram fechados e demais portas dos estabelecimentos foram travadas, sem se quer ser preciso adentrar na seara da discussão acerca do poder de compra precário diante da sua desigual distribuição (MARX, 2013). A legislação, ao menos do ponto de vista material, mente quando diz todos serem iguais.

> A lei não está dispensada do dever universal de dizer a verdade. Ela o tem duplamente, pois é o proclamador universal e autêntico da natureza jurídica das coisas. (...) a lei mente e o pobre é sacrificado por uma mentira legal (MARX, 2016, n.p.).

Ainda que não seja o nosso objetivo nos aprofundarmos na crítica marxista, é fato que existe uma distância entre as garantias formais e os meios materiais para a sua realização. Nesse sentido, notamos que a instituição opera a garantia ao acesso a bens e uso da casa como forma de promover a condução das pessoas egressas das ruas aos padrões de vida, de uso dos espaços públicos e privados, bem como de consumo,

convencionados na sociedade. Na unidade, o usuário é ensinado diariamente a como devem ser os novos hábitos, para que por si consigam se posicionar em novas camadas da sociedade em detrimento da situação de rua.

3.2 "*A GENTE FAZ DE TUDO PRA QUE ELES QUEIRAM FICAR*": REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DA OBEDIÊNCIA

A imersão em campo permitiu a compreensão de que uma única técnica não seria suficiente para a pesquisa. Nesse sentido, alguns diálogos e situações presenciados na instituição foram registrados em diário de campo, como alternativa às entrevistas gravadas que também foram realizadas. Ao final das incursões na instituição, eu utilizava o tempo em que aguardava um carro por aplicativo para fazer observações na parte externa da unidade, foi quando em uma dessas oportunidades consegui conversar com um dos vigilantes, de onde registrei uma fala que nos interessa. Conversávamos sobre as dificuldades dos casos mais difíceis, situações que aquele funcionário relatava como sendo de "sufoco", para expressar o estresse da atividade. O vigilante informou que o "perigo" era só no começo (quando o usuário chega à instituição), que depois se acostumavam. Deu-me um exemplo. Apontou para um dos usuários que estava distante e disse:

> Olhe aquele ali. Chegou todo valentão. Hoje tá aí que parece uma menina. (Diário de campo, registros do dia 29 de março de 2021).

Certamente o vigilante utilizou a expressão "parece uma menina" para fazer referência ao estereotipo de docilidade que é atribuído às mulheres, às meninas. Ainda que a expressão reproduza o machismo que estrutura a sociedade, o que também nos chama atenção, e que interessa a nossa análise, é o processo de docilização observado na unidade, através do que identificamos como a pedagogia do convencimento e da obediência, não somente na situação descrita acima, mas na própria narrativa que a constitui.

O convencimento é um elemento presente desde a equipe das buscas ativas, que expõe para a pessoa em situação de rua as vantagens de ir para a instituição. Como já relatamos, ainda que a aceitação se trate de um ato voluntário, há ações espalhadas pela cidade que influenciam para que a pessoa seja levada a aceitar os serviços da assistência social, como a fiscalização das vias públicas ou a campanha para a não doação de esmolas.

> A gente tem a equipe de abordagem, formada por motorista, educador social, assistente social e psicólogo. Mostrar que existe o serviço, convidá-los a participarem do serviço, pra que eles tentem quebrar a rejeição. Os que aceitam, eles são encaminhados pra cá. Aqui funciona 24 h por dia. Essa unidade nunca fechou a porta. Funcionamos com nossas equipes preparadas formadas por advogados, psicóloga, técnica de enfermagem... é... assistente social, psicólogo, assistente social.... Tudo isso para se criar um vínculo meio que familiar mesmo, porque a gente tenta mostrar que **aqui é como a casa deles,** que pelo menos eles se sintam a vontade. **A gente faz de tudo pra que eles queiram ficar**. (Pedro, coordenação, entrevista realizada em 29 de março de 2021).

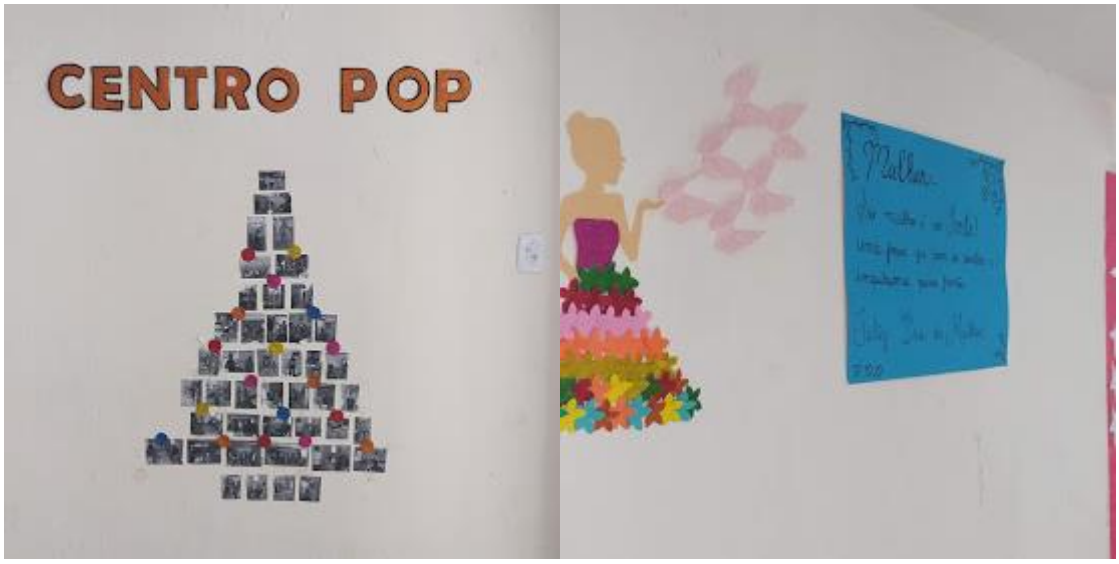
O convencimento faz parte da estrutura da instituição. Nesse processo há o que convence e há aquele que precisa ser convencido, como em um acordo real das pretensões, para nos referirmos a essas interações como consenso operacional (GOFFMAN, 1985). Nesse caso, quem ocupa a posição de convencer são os funcionários da instituição, enquanto os que serão convencidos são os usuários. É um processo pedagógico articulado por recursos visuais e pela *mimese*.

Figura 21: Fila.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 22: Recursos lúdicos.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Figura 23: Lugar de metas e de leitura.



Fonte: Arquivo do autor (2021).

As atividades realizadas no Centro POP buscam produzir os sentidos da vida convencionalmente tida como organizada. Os elementos visuais operam como um elemento de regência dessas relações de sentido, reforçando que a pessoa egressa da situação de rua é ensinada a ser usuária para que nessa posição aprenda a reproduzir o comportamento dela esperado, similar à pedagogia da educação infantil.

> A consideração do processo de regência das relações de sentido na escola, as quais constituem uma determinada infância na escola e determinados modos

> de ser, sentir e pensar, conduz a indagações acerca da noção de *mímesis* como origem dos hábitos e das construções sociais. Na análise desse processo, a *mímesis* é compreendida ora como origem de hábitos e da realidade, ao suturar natureza e artifício, na incorporação de representações sociais pelas vias da sensibilidade, ora como produtora de estranhamentos e de alteridades. Assim sendo, enfatiza-se a ambivalência da faculdade mimética, faculdade de "produzir semelhanças" e de tornar-se outros. (MORAES, 2012, p. 57)

O processo transformativo ambicionado e ambientado na instituição reforça as suas peculiaridades da liminaridades, posto que as pessoas têm suspensos os seus papeis para que novos papeis sejam desempenhados após o processo, como o afastamento dos tribais nos ritos de iniciação para a escolha de um novo líder (TURNER, 1974).

O modus operandi imediato da instituição é definido por seus funcionários, que estão autorizados a conduzir os usuários na transformação pretendida. Falo da autorização atribuída aos funcionários porque é percebida na própria estrutura física da instituição, a exemplo das placas que sinalizam o acesso a eles restrito. Muitas vezes há outros marcadores também visíveis pelos quais podemos identificar as posições na instituição, o birô é um deles. Na entrega de alimentos, dos itens para a higiene pessoal ou no preenchimento do prontuário ao entrar na unidade, sempre há um funcionário autorizado por trás de um birô, ou por trás de um crachá de identificação funcional ou de coletes padronizados. Esta noção é importante para percebermos que dentro da instituição as oposições que marcam o funcionário considerado estabelecido na sociedade e o usuário a se estabelecer também estão presentes.

Entre quem convence e quem é convencido há relações conflituosas e complexas que, pelos relatos e observações na instituição, nos permite reiterar que não há protagonistas em face de antagonistas como nas tramas da ficção. A trama existencial da instituição a revela como produto das complexidades, ruídos e inacabamentos da sociedade. O funcionário, como agente do estado, está imbuído da reprodução da estrutura que o antecede, considerando que não é o nosso papel a responsabilização individual para os servidores da instituição que nos serviu de lócus de observação.

Durante a realização das entrevistas, quando perguntei a uma das entrevistadas se ela se sentia segura na instituição, ela não respondeu de imediato. Depois de uma pausa em silêncio, percebi os olhos abertos e fixos no gravador. Era um sinal de que aquele era um tema delicado para a funcionária se posicionar. Perguntei se queria que eu parasse de gravar. Ela decidiu continuar, nos fornecendo o seguinte depoimento:

> Não. Tudo bem. Não tem problema. Assim... (pausa) não vou te dizer que é seguro, porque a gente não trabalha com ninguém armado na unidade, até pra eles se sentirem mais a vontade. Mas confesso que já tive situações que repenso: meu Deus, onde é que eu tô? Tipo, [situações] de puxar um facão. De ameaçar. Assim... são mensagens subliminares que você fica "ôpa, peraí". Como trabalho de porta fechada, a gente fica um pouco mais vulnerável. Quando iniciamos o serviço, ditaram que do jeito que a pessoa chegasse aqui teria que ser atendida. Porém, as pessoas que ditaram isso não vivenciaram. Então as vezes eles chegam muito dopados de drogas. Então não há como fazer uma intervenção. Sempre tem situações. Pronto, aí quando os nossos superiores perceberam que não é viável, eles foram ponderando esses atendimentos. Quando uma pessoa chega muito drogada, nós não fazemos o atendimento. Até porque não tem como estabelecer um diálogo. Eu já tinha trabalhado [com pessoas em situação de vulnerabilidade]. Já sabia como era o manejo. Quando foi na primeira reunião, eu cheguei mais arrumada. Aí falaram "não vai dar certo pra você lá, porque você vai ter que andar na rua, na feira..." Eles meio que já vieram calejando minha mente pra que eu lidasse com essa situação. Eu não vou te dizer que nas primeiras situações eu não tenha ficado aflita. Eu só pensava no meu filho. Porém hoje eu tenho naturalizado. É como se eles maquiassem as situações, nos momentos de fúria. Transformam uma gota de água em um rio. Na ultima situação que eu estava envolvida, um usuário agrediu o outro e o que apanhou queria que eu defendesse ele, mas agredindo. E a violência não justifica a violência. Aí depois ele veio aqui bêbado me procurando gritando. Aí fui lá na frente. Ele disse que eu fui negligente, que eu não era porcaria nenhuma. Eu baixei o tom e disse que queria ter um diálogo digno. Ele disse que eu não ajudei em nada. Ele queria que eu espancasse o homem do jeito que o outro espancou ele. Eles não têm filtro. Queria jogar uma lata de tíner em mim. No outro dia ele chegou bom, pediu desculpa e parecia que não tinha acontecido nada. (Elaine, psicóloga, entrevista realizada em 11 de março de 2021).

O relato da funcionária expõe que a condução do processo transformativo não está isenta às resistências pelos usuários do Centro POP. As situações cotidianas revelam as interações e os conflitos que se ambientam na instituição. Há também relatos que associam a função desempenhada na instituição ao amor pela profissão e à vocação para cuidar do outro, no dizer de uma das informantes.

> Eu sou suspeita pra falar porque eu gosto desse público de vulneráveis. É difícil, é complicado, se você não tiver um equilíbrio assim... emocional, sabe? Você não consegue se você não nasceu pra aquilo. Porque por mais que você tenha estudado, tenha feito capacitações... se você não se disponibilizar, aquilo não vai acontecer. Tem que ser por amor. Você sempre tem que se colocar no lugar deles. Você começa a conversar e você começa a entender o porquê. Quando eu vim trabalhar aqui, a primeira coisa que pensei foi: vou aprender o nome de todos eles. É muito bom você chegar em um canto e ver que sabem seu nome. "olha, ela sabe meu nome, então gosta de mim." Eles se sentem lembrados. Eu encontro eles fora daqui e eles falam comigo. Não é uma coisa, só um trabalho, é uma vida. Não é a orientação, mas eu gosto. Eu prefiro falar com eles assim. Já chegou um com um sabonete e me deu, já chegou com fatia de bolo e me deu, tá entendendo? Eles se sentem tão bem acolhidos que também tentam retribuir da forma deles. (Priscila, educadora social, entrevista realizada em 29 de março de 2021).

Quando a informante diz que não é a orientação aprender o nome de cada usuário, ela revela que também há na instituição resistências dos funcionários às normas

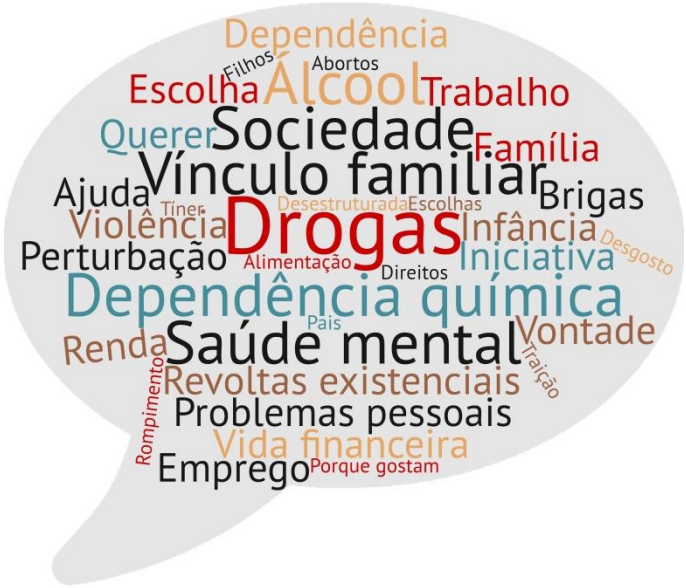
da política pública, como uma fuga à oficialidade. Ao passo em que a instituição cria os usuários, os funcionários também são colocados em categorizações, a de funcionário público, a de condutor do processo transformativo, a de responsável pela mudança da realidade social, ou até mesmo a de vocacionado para aquela função. São evidências de que a instituição da política pública se distancia da unidade observada, por ser tecida diariamente por pessoas e seus conflitos, dramas e particularidades, tal como a sociedade, as suas margens e inacabamentos.

3.3 "*É A DROGA*": SE JÁ TEMOS UMA RESPOSTA, QUAL(IS) SERIA(M) A(S) QUESTÃO(ÕES)?

Conforme já descrita, a instituição não é um vácuo ou lugar impenetrável, ainda que exista na liminaridade entre a casa e a rua. Desse modo, a sua trama existencial se compõe de elementos próprios do espaço privado da casa convencional, da vida anteriormente levada na situação de rua, bem como da estrutura montada pelo poder público e suas peculiaridades registradas. Percebemos que essas interseções por vezes podem revelar ruídos entre o que almeja a política pública e as interações na unidade, bem como evidenciar as resistências para a sua harmonia.

Durante a realização das entrevistas com os funcionários da instituição reservamos um momento dedicado à abordagem da unidade na percepção da pessoa entrevistada, bem como quais seriam as principais alegações ouvidas atribuídas às pessoas em situação de rua, às resistências e às insuficiências e limitações do serviço público oferecido. O que nos chama atenção é a frequência que o termo "droga" aparece nas respostas, em referencia à dependência química que acomete parte da população em situação de rua, que seria o maior obstáculo para a atuação no contexto do Centro POP e que justificaria o abandono da instituição e o reingresso à situação de rua, por supostamente os usuários não aguentarem a pressão da abstinência do uso de substâncias proibidas na unidade.

Figura 24: Nuvem de palavras.



Fonte: Elaborado pelo autor, com uso da ferramenta disponibilizada pelo site WordClouds. (2021).

Utilizamos o recurso de nuvens de palavras acima para ilustrar a frequência do uso do termo "droga" nas respostas dos funcionários. No entanto, o que nos chama atenção é a comparação da resposta recorrentemente dada com a análise das entrevistas na íntegra. Ainda que a droga seja utilizada como resposta, quase que única e em unanimidade pelos funcionários, as entrevistas revelam a dimensão da complexidade do universo institucional e o seu contexto para que seja atribuído ao suposto problema uma única justificativa.

Se a droga é a resposta, quais seriam as questões? A instituição que "acolhe todo tipo de gente", no dizer de uma das informantes, certamente não acolhe unicamente dependentes químicos. A dependência química não é um elemento presente apenas entre as pessoas que vivem em situação de rua. Em entrevista a um programa televisivo, ouvi do Padre Júlio Lancellotti, pároco e militante da causa dos irmãos de rua na cidade de São Paulo, uma indagação se a dependência química também não estaria dentro dos condomínios, para se referir à vida tradicionalmente organizada dentro das casas. É enganosa a impressão de que o uso de entorpecentes é relegado aos despossuídos de recursos financeiros. Pelo contrário. A única diferença está na probabilidade de quem vai estampar as capas dos jornais pelo uso de substâncias legalmente proibidas.

Na própria instituição, tal como a resposta da droga, desvendamos outras alegações tanto quanto possíveis para justificar a caída na situação de rua, as

resistências ao serviço disponibilizado pela instituição, bem como o reingresso à situação de rua.

> **É a droga.** Por mais que você ame, chega a um limite que não tem como. Segundo, a família tem uma participação. Eu sei que é difícil. Mas tem que se colocar no lugar do outro. Teve um usuário que começou a cheirar tíner com 10 anos de idade. A gente levou pra casa da avó. A avó não quis lá, porque já tinha um filho usuário e entre o filho e o neto ela escolheu ficar só com um filho. Ele voltou pra rua. Hoje em dia ele tá preso porque matou um rapaz. Então assim... primeiro a droga, que tem esse fator. Depois a família e a sociedade, que não ajuda. Quantas pessoas param para conversar alí na praça da bandeira com uma pessoa em situação de rua pra saber o que aconteceu pra ele tá naquela situação? Assustador é, porque a gente tem medo. Mas falta a escuta também para essas pessoas, ouvir quem tá nessa situação e tentar entender a historia de vida dela. Porque você colocar essa pessoa em uma casa e achar que tá resolvendo, não tá. Não tem como. Essa pessoa precisa de alguma coisa, de uma medicação, não é só a casa, tem todo um contexto. Não tem uma solução, mas cada um precisa fazer a sua parte. A família precisa conversar mais sobre drogas, explicar o que é. Não tem uma formula mágica, mas tem como ir consertando. (Priscila, educadora social, entrevista realizada em 29 de março de 2021, com grifos nossos).

Ainda que faça referência à droga como resposta imediata, a entrevistada utiliza no discurso como exemplo o caso de um usuário que iniciou o uso de entorpecentes aos 10 anos de idade. Partindo desse exemplo, nossa entrevista parece indicar uma perspectiva segundo a qual o uso de drogas ilícitas conduziria, necessariamente, a desarranjos na vida do usuário. Percebamos que, além da droga, estamos diante de histórias de rompimento de vínculos familiares, de abandono de menor incapaz, considerando que na infância o usuário já estava inserido em um contexto de violência e conflitos. Em relação à função da instituição, a mesma entrevistada revelou a insatisfação que inclui uma crítica aos colegas de trabalho que ocupam cargos de liderança.

> Não resolve. Por que? Porque as pessoas.... (pausa) antigamente se dizia assim: você quer conhecer uma pessoa, dê poder a ela. Infelizmente as pessoas não são quem elas dizem que são. As pessoas mudam conforme os cargos aumentam. Tem pessoas em níveis que poderiam fazer muita coisa e não faz. Começa tudo aí até chegar em um país tão desestruturado como o nosso. **Não dá pra tirar em um lugar e botar em outro. Não é só juntar o que a sociedade acha que é o lixo e colocar aqui. Se você não modificar, se tentar fazer alguma coisa pra mudar isso, tá entendendo?** Na minha humilde experiência, eu acho que as pessoas deveriam se colocar no lugar do outro. Se eu tô bem e tem alguém que não tá bem e eu posso fazer algo para mudar, já é muita coisa. Eu acho que deveria ter mais investimento. Os recursos tem que ser bem divididos. Eu não entendo muito, mas a divisão das coisas... assim... um exemplo, eu tenho um valor e divido muito mal esse valor. Hoje em dia o que importa é educação e saúde e são as coisas que são menos valorizadas. No caso da população em situação de rua, não são nem valorizados. Gastam muito nesse lugar [no Centro POP] porque não se gastou muito antes [Educação, saúde etc.], na minha visão. Tem usuário que diz que a gente tá aqui por causa deles, é verdade, mas a gente não pode passar essa

> visão pra eles. A gente tem que se posicionar de que eles mudem essa realidade deles. A gente vê situação de eles falarem que estamos aqui pra servir a eles, que é o governo que paga e é pra isso mesmo. Dizem que temos que dar mesmo e a visão deles é só isso, porque o governo paga. Mas não é só isso, né? Falta curso, formação. Já vi até juiz em outras unidades dando as instruções, coisas que eu não sabia. É outra visão. Às vezes você age de um jeito porque você não sabe o jeito do usuário de agir. Eu melhoraria. A capacitação seria o primeiro. A gente depende infelizmente da política. Falta material paras as oficinas, por exemplo. Às vezes a gente traz de casa. Eles deviam entender que, mesmo que mude o partido, eles deveriam manter os materiais, não é só alimentação. (Priscila, educadora social, entrevista realizada em 29 de março de 2021).

A entrevistada revelou a insatisfação com a falta de material para a realização das oficinas educativas, como um exemplo das dificuldades que enfrenta no dia a dia na unidade para desempenhar as funções anunciadas pela política pública. Em algumas falas, como a da informante, percebemos as contradições da instituição em face da inconsistência dos meios utilizados para que ela disponibilize os serviços que promete. Além disso, outra informação que percebemos é a dificuldade que os funcionários têm para falar dos casos de pessoas que passaram pela instituição e que cumpriram o ritual do processo transformativo e não voltaram à situação de rua.

> Olhe... é... Já... Já acompanhei um caso... se eu não me engano, na minha mente eu me lembro de um caso recente, faz tanto tempo não. Teve um cara que a família é bem estabelecida. Ele contava a situação da vida dele. Eles choram muito. Porque a droga não deixa. Não consegue sair de jeito nenhum. Aí esse rapaz, eu liguei pro pai dele. Aí peguei e liguei pro pai dele, informando que ele estava aqui. Aí o pai disse que ele não mudava. Aí eu falei: mas tente. Aí o pai veio e levou ele pra uma casa de recuperação. Aí veio até me agradecer, porque tinha ficado bom. Mas, quando foi semana passada, ele passou uns três meses sem vir, quando foi esses dias ele voltou, eu vi ele lá na frente. Eu sempre fico olhando. Quando vi ele, eu chamei. Porque tem cada pessoa, cada pessoa trabalha de um jeito. Chamei, vem cá pra gente conversar. Aí ele disse: "olhe, meu pai alugou uma casa pra mim. Mas não tem jeito, brigo muito com minha mãe, aí não dá certo pra mim, brigo muito com minha mãe". Aí eu falei: porque você não arruma um emprego? Aí ele disse: "já foi feito, mas não deu certo". Aí ele ficou, tomou café. Aí fiquei vendo sem ele saber. Liguei pro pai dele. Aí ele disse: "olhe, brigou com minha esposa, não dá certo de jeito nenhum ele com a mãe. Porque ele tava mentido". Aí ele tá aqui. O pai dele disse que ajudaria ele. Fiquei conversando com ele. Aí ele disse que tava devendo. Que não tava mais usando droga, tava bebendo só cerveja. Ele não quis dizer, mas eu sei que foi de droga. Aí eu disse: olhe, seu pai disse que vai te ajudar. Aí ele foi e não voltou. Já faz mais de vinte dias. Tem muitos casos, né, que a gente fica doida pra resolver. Se tu ver a reação dele agradecendo... Ele contando, a vida dele dá um filme. (Marta, assistente social, entrevista realizada em 10 de março de 2021).

> Temos várias histórias de reintegração. Eu tenho uma história que sempre me toca. Do nada eu ia passando e parei. Mesmo como coordenadora, eu gosto de estar na ponta, gosto de pegar o problema no início pra que eu tenha conhecimento pra tentar resolver. Nesse dia eu ia passando e parei. Tinha uma senhora. Na época, devia ter uns cinquenta anos. Alguém falou pra ela que eu era coordenadora daqui, aí ela veio pra perto de mim se arrastando

> praticamente, pedindo ajuda, eu entendi que ela tava pedindo ajuda. Talvez se aquela mulher não saísse dalí ela não durasse uma semana. Ela não andava, não falava. Só na droga e álcool. Se eu desse um passo, ela vinha. Eu fiquei por lá uns quarenta minutos, era como se ela não quisesse me perder de vista. Aí eu falei que ia ajudar a ela. Coitada. Chorando sem parar. Coloquei ela dentro do meu próprio carro e trouxe pra unidade. No mesmo dia mandei ela tomar banho. No outro dia conversei com ela. **Ela era uma pessoa muito bem sucedida, da alta sociedade.** Ela queria sair dali, mas não conseguia mais. A família já tinha abandonado. Eu não digo abandonar porque às vezes a família tenta e cansa. Aí a minha equipe teve que trabalhar tanto a usuária quanto a família. E nós temos, graças a Deus, uma rede de parceiros muito grande. Tem uma fazenda lá no Conde, que é uma unidade privada, mas eu entrei em contato com a diretora de lá e ela tem um olhar bem humanizado. Encaminhei pra lá. Enquanto ela tava lá, eu tava aqui trabalhando a família. Chegou junho e lá nessa família tem um recesso. Essa pessoa ficou aqui dentro comigo, aqui na unidade. Quando ela terminou o tratamento, ela voltou pra família. **Hoje ela assumiu o posto que sempre foi dela. Já retomou a profissão. Eu tenho um orgulho muito grande disso. Ela já era uma pessoa que tava no final de tudo. Ela foi ao extremo. Saiu do nada e depois foi pro tudo.** (Maria, coordenação, entrevista realizada em 09 de março de 2021, com grifos nossos).

Reassumir um posto que sempre foi dela, como coloca a informante em relação àquela usuária, é como se a situação de rua não fosse para qualquer pessoa. O fato de a usuária ter uma vida pregressa "muito bem sucedida, da alta sociedade" causa surpresa na informante, como se ela fosse diferente dos outros que caem na situação de rua. Essa indignação por parte dos funcionários entrevistados é recorrente. A produção dos sentidos do "nada" é atribuída à situação de rua, enquanto o "tudo" é atribuído à casa e o que dela pode convencionalmente se esperar. O sucesso é medido e relacionado à vida estabelecida através da família, da profissão, bem como dos recursos financeiros que a pessoa dispunha.

> Esses dias eu conversei com uma usuária que foi escrivã da polícia civil. Eu aprendo muito com ela. Ela fez muitos abortos na vida que comprometeram muito a saúde dela. Depois casou, teve filhos. O marido morreu e teve uma briga por herança também. Eu sei que hoje ela diz que se sente melhor longe dos filhos do que perto deles. Ela é muito inteligente. Junta essa inteligência com a alguns gatilhos da saúde mental. **Ela não tem dependência química.** Sempre muito educada. As vezes mistura as coisas por causa da saúde mental. Nesse dia ela falou por causa da oficina. Eles não gostam de falar da vida pessoal. Mas quando um fala pro grupo, aí incentiva que os outros falem, tipo como um desabafo. Foi muito impressionante essa história dela. Ela não disse que era escrivã, eu que descobri depois. O que leva uma pessoa com essa estrutura a chegar numa situação dessas? Ela não tinha como controlar esses gatilhos da saúde mental e não tinha o apoio da família.
> **Eu acredito que chega a níveis que a sua saúde mental não permite que você faça escolhas.** Eu, desse jeito, boa toda, já tive depressão e tive síndrome do pânico. Não foi uma escolha minha. Hoje eu posso entender mais algumas pessoas. Não é uma escolha. A escolha é aceitar a ajuda ou não. A depressão são situações que você vai guardando. Tipo ela, vai entender os motivos desses abortos que ela fez. **O trabalho bom era o mínimo que ela ia perder. Eu acho que pra você ter escolhas você precisa ter opções. E**

> **tem pessoas que não tem opções.** (Priscila, educadora social, entrevista realizada em 29 de março de 2021, com grifos nossos).

Nesse sentido, as questões são múltiplas e se distanciam de uma única possibilidade de resposta, com a atribuição pelos funcionários à dependência química pelo uso da droga. Reiteramos junto aos funcionários da instituição informações sobre os desfechos das passagens dos usuários pela unidade. Como não há limite de tempo para que cada usuário permaneça na instituição, se torna mais difícil contabilizar quantos chegaram ao final do processo transformativo, como ritual de mudança das realidades, sendo que, pelos relatos, o processo não tem um fim certo.

> O limite de tempo é até que a situação seja resolvida. Já tivemos casos aqui que conseguimos resolver em 24 horas. Mas tivemos um caso de mais de dois nos. Mas se a pessoa precisar passar dez anos, a gente vai acolher. Isso aqui é pra eles. É o espaço que a gente tem como se fosse a residência deles. A gente não tem poder coercitivo de prender eles aqui. Estar na rua também é um direito garantido pela Constituição Federal, né? A gente não pode chegar e dizer que tem que ficar. Se quiser permanecer, a gente gosta demais. Mas infelizmente alguns criaram vínculos na rua. A minha equipe não pode dizer que eles não vão voltar. Se um dia ele optar por voltar, a gente acolhe, fazemos outra tentativa. Aqui não tem limite de voltar. O limite é a gente mudar a história de vida deles, mudar o rumo da vida dele, dar sucesso, dar sentido à vida deles. (Pedro, coordenação, entrevista realizada em 29 de março de 2021).

O caso citado pelo informante é um exemplo relado também por outros entrevistados. Está documentado em um relatório institucional disponibilizado. Um usuário, de 62 anos de idade, com pais já falecidos, de outro estado, sem vínculo familiar ativo, sem vínculo empregatício, que vivia em situação de rua na cidade de Campina Grande, foi acolhido pela unidade, onde passou mais de dois anos, e foi encaminhado a um programa habitacional, tendo sido contemplado com uma casa no Complexo Habitacional Aluízio Campos, no ano de 2019, que é o maior complexo de casas populares do Brasil.

Figura 25: O usuário que chegou até sua casa (2019).



Fonte: Imagem fornecida pelo Centro POP-CG (2021).

O exemplo do usuário acima é acionado para justificar o momento em que a política pública parece atingir o seu objetivo máximo, que é o de que cada usuário venha a prover a sua vida e os hábitos a partir da organização convencionada em uma casa. Muito além da estrutura física de concreto que podemos observar nas imagens da casa entregue ao usuário acima, estamos diante do capital simbólico que da casa pode advir.

Uma grande evidência da dimensão simbólica da casa é que nela os sujeitos passam a ter lugar fixo no mundo social. Quando alguém deseja ser localizado, é possível fornecer o CEP, bairro e número da sua residência, por exemplo, em referência ao Código de Endereçamento Postal que cada imóvel possui. Para comprar bens ou realizar cadastros em órgãos oficiais o CEP costuma ser utilizado, indicando se tratar de pessoa adepta ao modelo de vida organizado, ainda que também possa reforçar as disparidades sociais quando percebemos que pode ser um marcador das classes o lugar onde se mora.

A instituição, como lócus de observação, e o seu modus operandi, articula a padronização da vida, almejando a uniformização de práticas, pelo processo transformativo ambientado no espaço liminar das interseções entre a casa e a rua, entre o público e o privado. No entanto, a experiência cotidiana na unidade revela os comportamentos essencialmente múltiplos e dinâmicos próprios dos seres sociais que compõe a sua trama existencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Entregar-se habitualmente à ociosidade", no dizer da Lei de Contravenções Penais, deixou de ser conduta tipificada pela legislação penal apenas em 16 de julho de 2009, com a sanção da Lei nº 11.983, mesmo ano em que foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O contexto histórico que precede o surgimento da referida política pública revela uma mudança de paradigmas na atuação do poder público em relação às pessoas que vivem em situação de rua no Brasil. A própria redação da legislação penal revogada expõe contradições da vida em sociedade e como ela é "organizada". Certamente a "ociosidade" a qual a legislação se referia está relacionada às ações e comportamentos não autorizados convencionalmente nos tecidos da sociedade, a partir das reflexões empenhadas no primeiro capítulo.

A criminalização da ociosidade, vadiagem, ou das condutas que contrariam os atos esperados para a "harmonia" da sociedade, se tornou incompatível com o modelo ideal de democracia e de estado de direito preponderante no mundo ocidental contemporâneo. Nesse sentido, se atribuiu às politicas públicas e às instituições a competência para gerenciar as balizas do tratamento direcionado às pessoas que se distanciam ou contrariam as padronizações, como no caso da população em situação de rua.

A pesquisa em uma unidade de um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro POP nos permite observar a sociedade a partir de fragmentos das suas margens, de onde conseguimos identificar as suas contradições, conflitos e inacabamentos.

A instituição foi pensada para ser uma casa destinada a população em situação de rua para que a vida social dos que passam por ela possa ser organizada em um espaço físico, por um período determinado de tempo processual que tem por objetivo principal a transição das práticas de quem vive em situação de rua até ao modelo convencional e padronizado de vida articulado a partir de uma casa e do que dela se pode esperar. Nesse processo, analisar o papel do "usuário" instituído pela politica pública é fundamental para a compreensão da dimensão transicional da instituição e a sua relação com os pressupostos da liminaridade, para pensarmos nos ritos de passagem (TURNER, 1974).

Os usuários, ao cruzarem o portão de entrada do Centro POP, transferem para a instituição os gerenciamentos dos atos, práticas, formas de habitar e consumir nas suas vidas pelo tempo em que aceitem ficar na unidade. Nesse sentido, propusemos pensar a

instituição como forma de confisco. Ao tempo em que se apresenta como uma alternativa à situação de rua para quem a utiliza como lugar de moradia e subsistência, também restringe as possibilidades que estão disponíveis no contexto urbano para essa população.

> Ao acolher os "usuários" nesse ambiente de transição, o Centro POP oferece algumas condições que se assemelham àquelas presentes nas casas tradicionais e particulares das famílias, tais como acesso à alimentação, banho, cama, entre outras. Ao mesmo tempo, a partir da entrada no Centro os "usuários" passam a ter suas vidas formalmente administradas pelos dirigentes da instituição estatal e limitadas ao seu espaço físico institucional, o que sem dúvida se mostra como negação da autonomia que cada morador possivelmente exerceria em suas casas tradicionais. E isso não ocorre por acaso, pois enquanto espaço liminar o Centro POP se situa entre as ruas e os espaços privados, sem ser nenhum nem outro. E, embora sendo espaço de transição, ele não é um não-lugar, ao contrário, ele é um lugar no sentido antropológico, tal como pensado por Marc Augé (1994) e exatamente por ser um lugar ele é capaz de criar suas regras, assim como seus próprios personagens. (ARAUJO & SILVA, 2020, p. 148).

O espaço, de estrutura física similar às casas convencionais, é pensado como uma providência e um caminho pronto destinado à transição, buscando produzir transformações na vida social dos usuários. Para isso, a equipe que operacionaliza a instituição é composta por uma equipe "multiprofissional", para nos referirmos às múltiplas formações profissionais que encontramos atuando na unidade. Nesse sentido, a pessoa que ingressa na instituição para fazer dela a sua moradia provisória é posicionada em relação verticalmente inferior aos profissionais que estão autorizados oficialmente a conduzirem o processo transformativo. No entanto, percebemos que nem sempre as ações na instituição correspondem à oficialidade atribuída às instituições. No caso do Centro POP em Campina Grande, que funciona como casa provisória, os atos são articulados nas interseções entre o público e o privado, para nos referirmos ao espaço de uma instituição que é pública e as peculiaridades de um espaço privado como casa que anuncia ser.

A imersão em campo nos permitiu observar que na instituição há símbolos, muitos identificados através de recursos visuais, como os de identificação dos banheiros, dos espaços de acesso restrito aos funcionários, ou o birô que separa o funcionário dos usuários em determinadas situações, que permite constatarmos que para analisarmos a instituição precisamos identificar que estamos diante de pessoas que são acolhidas, que são os usuários, as pessoas egressas da situação de rua, mas também diante daqueles que acolhem, que são os profissionais que atuam na unidade.

Das abordagens às pessoas que vivem em situação de rua aos desdobramentos das situações e encaminhamentos dentro da instituição, aos funcionários são atribuídos os gerenciamentos do tempo, da distribuição dos alimentos, das atividades a serem realizadas, dos encaminhamentos ou dos conflitos que possam surgir. A partir dessa constatação é se tornou possível a realização de entrevistas gravadas em áudio para que fossem captadas as dimensões da instituição registradas no decorrer da pesquisa, considerando que o discurso também nos revela as práticas sociais que nos ajudam a perceber a instituição e as suas tramas existenciais.

Com relação ao percurso metodológico adotado, já descrevemos no segundo capítulo que a pesquisa também foi afetada pela pandemia da Covid-19, bem como a repercussão desse momento no cronograma e nos novos desafios que foram enfrentados. Por coincidência ou não, escrevo no dia em que tomei a vacina contra o coronavírus. Escrevo nutrido da esperança de que as adversidades, ao menos as relacionadas à atual pandemia, estarão nas lembranças de quem as viveu e relatadas nos livros de história, o que inclui os ataques à ciência, os discursos negacionistas disseminados e os crimes cometidos por um presidente genocida. Na pesquisa, utilizamos ao máximo as alternativas ao nosso alcance para a sua execução e conclusão, pela perspectiva teórica e metodológica utilizada na fundamentação, jamais pretendendo saturar os temas em análise ou encerrar as discussões, mas contribuir para o conhecimento que é construído continuamente.

A pesquisa em uma instituição nos possibilita a experiência de campo em um espaço físico geograficamente delimitado. No entanto, a discussão não está restrita aos registros realizados nas incursões na instituição. As contribuições teóricas mobilizadas nos permite identificar dimensões simbólicas da vida social que repercutem na instituição, mas que podem ser analisadas para além dela.

O surgimento da política pública como a providência de uma casa para as pessoas em situação de rua revela o esforço de se manter sob controle e padronizadas as formas, usos e práticas da vida social, o que se evidencia quando identificamos as dicotomias entre a ameaça da impureza e o restabelecimento da ordem pela limpeza (Douglas, 2012) nos modos de higienização e suas lógicas organizacionais.

A casa, como convencionalmente tida, atende à representação da vida organizada, que inclui os vínculos familiares, laços de parentesco e vizinhança, bem como a vivência das intimidades no âmbito privado, que não se mistura com o espaço público das ruas ou das instituições, conforme apontamos (DAMATTA, 1997). Em soma a essa constatação, também podemos identificar que a casa convencional é gerenciada por seus moradores, pelos usos e hábitos, que se relaciona à capacidade de consumir, entendendo que o consumo modela e interage com as concepções de dignidade e até dos direitos humanos. De outro lado, na instituição Centro POP os usuários são diariamente convencidos, o que nem sempre se concretiza, de que estão em uma casa, mas a rotina registrada na instituição revela que a casa com "tudo do bom e do melhor", para relembrarmos a fala de uma das entrevistadas, também reproduz as posições inferiorizadas que as pessoas em situação de rua ocupam nas camadas sociais.

Em uma das entrevistas, uma coordenadora utiliza um exemplo de uma usuária que antes de chegar à situação de rua era "uma pessoa muito bem sucedida, da alta sociedade" e que ao passar pela instituição teria reassumido o "posto que sempre foi dela", tendo inclusive retomado o exercício de sua profissão. Utilizando a entrevista reveladora, transcrita no terceiro capítulo, a experiência da pesquisa reforça que, tal como a estratificação das ocupações profissionais, a situação de rua não é para qualquer pessoa ou "tipo de gente". Destacamos o tratamento atribuído à pessoa do exemplo dado pela coordenadora porque foram recorrentes durante a execução das entrevistas respostas desanimadas e pejorativas em relação aos múltiplos contextos das pessoas egressas da situação de rua que ingressam na instituição, complexidades que na maioria das vezes são reduzidas à alegação genérica do uso de drogas para justificar a dificuldade de se chegar com sucesso ao final do processo transicional ambientado no Centro POP.

Ainda que os registros na instituição sejam reveladores, não é possível, muito menos a finalidade, a responsabilização individual dos funcionários ou da própria unidade em Campina Grande sobre a condução e desdobramentos de uma política pública que é nacional. No entanto, para novos esforços reflexivos, é possível dizer que, além de marcos como a revogação da Lei da Vadiagem e a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua, é urgente que se enfrente as desigualdades materiais que compromete a possibilidade de acesso aos mesmos

patamares de consumo, usos e práticas na sociedade, que inclui a casa convencional e o que dela se pode esperar.

Pelos registros na unidade do Centro POP, para além do processo transicional e transformativo que nele se ambienta, concentrado na responsabilidade individual do usuário para que aceite percorrer o caminho oferecido para que mude a sua realidade social, identificamos que esse espaço liminar situado entre a casa e a rua compõe os seus personagens, códigos, símbolos e as suas tramas existenciais que nos ajudam a pensar

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et alii. – Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

AGIER, Michel. **Encontros etnográficos.** Maceió; São Paulo: EDUFAL; Editora Unesp, 2015.

ARAUJO, Ericleuson; SILVA, Vanderlan. **Uma casa para "todo tipo de gente": a população em situação de rua e as formas de habitar um espaço liminar.** Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 7 (15): 137-148, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Aberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Vida para consumo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, H.S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERREMAN, Gerard**. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia.** In: ZALUAR, Alba (Org.) Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em 25 set. 2019.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1998, pág. 67.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: **espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco. 1997, pág. 35.

DAWSEY, J C. 2005. **O Teatro dos 'Bóias-frias': repensando a antropologia da performance.** In: Horizontes antropológicos, ano 11, nº 24, p. 15-34, jul/dez 2005.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **O mundo dos bens, vinte anos depois.** Horizontes antropológicos, 13(28): 17-32, 2005.

_____. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Trad. Sônia Pereira da Silva. São Paulo: Edições 70, 2012.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação.** São Paulo: Saraiva, 1973.

GOFFMAN, E. 1985. **A representação do Eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, [1959].

_____. **Estigma**. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** Série Espaço & Debate. 3°ed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

_____. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira.** São Paulo, SP: Boitempo, 2016. E-Book Kindle, não paginado.

MDS. **Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP – O que é?** –. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop> Acesso em 10 maio 2020.

MENDES, Raphaella Ferreira. "**Companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha ando bem, mas com você ando melhor": mulheres, coletividades e organização no movimento de ocupação das Escolas em Campina Grande-PB**. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 57.

MORAES, M. V. M. **A construção de uma infância em uma escola pública de educação infantil da cidade de São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método.** Horiz. antropol. , Porto Alegre, v. 20, n. 42, pág. 377-391, dezembro de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832014000200015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 de jan de 2020.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SAMBU, Ansumane. **De volta para a casa: análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa – Paraíba.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

SCHECHNER, R. **O que é performance?**. In: Performance studies: na introduccion. New York & London: Routledge, 2006.

_____. **Performance e Antropologia de Richard Schechner**. Org.: Ligiéro, Z. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Vanderlan. **Conflitos e violências no universo penitenciário brasileiro.** 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Fazendo etnografia em campo minado: reflexões sobre os desafios da pesquisa antropológica em situações de risco.** In: Campos e Fronteiras Etnográficas nas Pesquisas em Escolas e Prisões / Vanderlan Silva (org.). Campina Grande-PB : EDUFCG, 2017.

SOUSA, Ane Gabriele Lima. "**Eu sou de rua, mas também sou gente": intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira (org). **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. **Vadiagem e prisões correcionais em são paulo: mecanismos de controle no firmamento da república. Estud. Hist. (rio j.)**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 381-400, ago. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000200381&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jul. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 152.

TURNER, V. **Floresta de símbolos.** Niterói: EdUFF, 2005, pág. 183.

_____. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. "**Apresentação à edição brasileira: O observador participante**". In: William Foote Whyte. Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ANEXO I – FIGURAS E RECORTES DE JORNAIS

Figura 26: Recorte de Jornal.



Prendeu, espancou e processou por vadiagem a empregada do juiz

O magistrado protestou junto à Chefia de Policia

Há dias, o comissario Deraldo Padilha prendeu e encaminhou ao Depósito de Presos a doméstica Maria das Dores. Recolhida a essa dependencia policial, foi ela espancada, tendo sido instaurado processo contra a mesma por vadiagem, por ordem daquela autoridade. Acontece que a jovem era empregada na residencia do juiz de direito criminal Emilio Pimentel de Oliveira, o qual, ciente da arbitrariedade contra a mesma praticada, officiou à Chefia de Policia, esclarecendo não se tratar de uma vadia e solicitando sua immediata liberdade.

Fonte: Acervo do Jornal O Globo.

Figura 27: Recorte de Jornal.



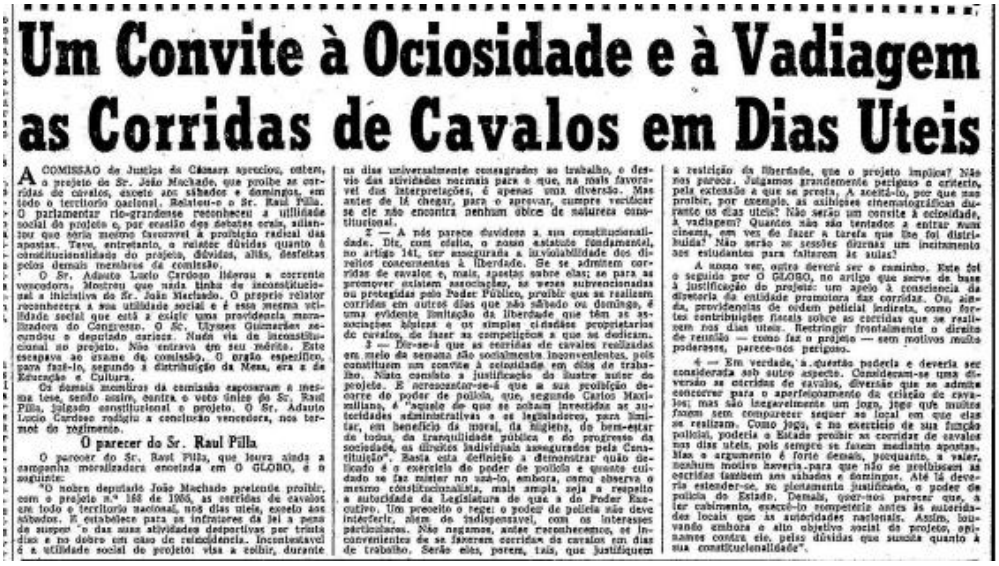
INTENSIFIQUEM A REPRESSÃO À VADIAGEM!

Recomendação do chefe de Policia aos delegados

O chefe de Policia recomendou a todos os delegados distritais que intensifiquem a repressão à vadiagem e aos desocupados, processando-os de acordo com o artigo 59 da Lei das Contravenções Penais.

Fonte: Acervo do Jornal O Globo.

Figura 28: Recorte de Jornal.



Um Convite à Ociosidade e à Vadiagem as Corridas de Cavalos em Dias Úteis

A COMISSÃO de Justiça da Câmara aprecion, ontem, o projeto do Sr. João Machado, que proíbe as corridas de cavalos, exceto aos sábados e domingos, em todo o território nacional. Relatou-o o Sr. Raul Pilla. O parlamentar rio-grandense reconheceu a utilidade social do projeto e, por ocasião dos debates orais, adiantou que seria mesmo favorável à proibição radical das apostas. Teve, entretanto, a relator dúvidas quanto à constitucionalidade do projeto, dúvidas, aliás, desfeitas pelos demais membros da comissão.

O Sr. Adauto Lucio Cardoso liderou a corrente vencedora. Mostrou que nada tinha de inconstitucional a iniciativa do Sr. João Machado. O próprio relator reconhecera a sua utilidade social e é essa mesma utilidade social que está a exigir uma providencia moralizadora do Congresso. O Sr. Ulysses Guimarães acentuou o despacho carioca. Nada viu de inconstitucional no projeto. Não entrava em seu mérito. Este escapava ao exame da comissão, O órgão especifico, para fazê-lo, segundo a distribuição da Mesa, era o da Educação e Cultura.

Os demais membros da comissão esposaram a mesma tese, sendo assim, contra o voto único do Sr. Raul Pilla, julgado anticonstitucional o projeto. O Sr. Adauto Lucio Cardoso redigiu a conclusão vencedora, nos termos do regimento.

O parecer do Sr. Raul Pilla

O parecer do Sr. Raul Pilla, que louva ainda a campanha moralizadora encetada em O GLOBO, é o seguinte:

"O nobre deputado João Machado pretende proibir, com o projeto n.º 188 de 1960, as corridas de cavalos em todo o território nacional, nos dias úteis, exceto aos sábados. E estabelece para as infrações da lei a pena de suspensão das suas atividades desportivas por trinta dias e no dobro em caso de reincidencia. Inconteste é a utilidade social do projeto: visa a coibir, durante os dias universalmente consagrados ao trabalho, o desvio das atividades normais para o que, na mais favorável das interpretações, é apenas uma diversão. Mas antes de lá chegar, para o aprovar, cumpre verificar se ele não encontra nenhum óbice de natureza constitucional.

2 — A nós parece duvidosa a sua constitucionalidade. Diz, com efeito, o nosso estatuto fundamental, no artigo 141, ser assegurada a invulnerabilidade dos direitos concernentes à liberdade. Se se admitem corridas de cavalos e, mais, apostas sobre elas; se para as promover existem associações, as vezes subvencionadas ou protegidas pelo Poder Público, proibir que as realizem corridas em outros dias que não sábado ou domingo, é uma evidente limitação da liberdade que têm as associações básicas e os simples cidadãos proprietários de cavalos, de fazer as competições a que se dedicam.

3 — Dir-se-á que as corridas de cavalos realizadas em meio da semana são socialmente inconvenientes, pois constituem um convite à ociosidade em dias de trabalho. Nisto consiste a justificação do ilustre autor do projeto. E acrescentar-se-á que a sua proibição decorre do poder de polícia, que, segundo Carlos Maximiliano, é "aquele de que se acham investidas as autoridades administrativas e os legisladores, para limitar, em benefício da moral, da higiene, do bem-estar de todos, da tranquilidade pública e do progresso da sociedade, os direitos individuais assegurados pela Constituição". Basta esta definição a demonstrar quão delicado é o exercício do poder de polícia e quanto cuidado se faz mister no usá-lo, embora, como observa o mesmo constitucionalista, mais amplo seja a respeito a autoridade da Legislatura de que a do Poder Executivo. Um preceito a reger o poder de polícia não deve interferir, além do indispensável, com os interesses particulares. Não negamos, antes reconhecemos, os inconvenientes de se fazerem corridas de cavalos em dias de trabalho. Serão elas, porem, tais, que justifiquem a restrição da liberdade, que o projeto implica? Não nos parece. Julgamos grandemente perigoso o criterio, pela extensão a que se presta. A aceitá-lo, por que não proibir, por exemplo, as exibições cinematográficas durante os dias uteis? Não serão um convite à ociosidade, à vadiagem? Quantos não são tentados a entrar num cinema, em vez de fazer a tarefa que lhe foi distribuida? Não serão as sessões diurnas um incitamento aos estudantes para faltarem às aulas?

A nosso ver, outro deverá ser o caminho. Este foi o seguido por O GLOBO, no artigo que serve de base à justificação do projeto: um apelo à consciencia da diretoria da entidade promotora das corridas. Ou, ainda, providencias de ordem policial indireta, como fortes contribuições fiscais sobre as corridas que se realizem nos dias uteis. Restringir frontalmente o direito de reunião — como faz o projeto — sem motivos muito poderosos, parece-nos perigoso.

4 — Em verdade, a questão poderia e deveria ser considerada sob outro aspecto. Considerem-se uma diversão as corridas de cavalos, diversão que se admite concorrer para o aperfeiçoamento de criação de cavalos; mas são inegavelmente um jogo, jogo que muitos fazem sem comparecer sequer ao local em que elas se realizam. Como jogo, é no exercicio de sua função policial, poderia o Estado proibir as corridas de cavalos nos dias uteis, pois sempre se fazem mediante apostas. Mas o argumento é forte demais, porquanto, a valer, nenhum motivo haveria para que não se proibissem as corridas também aos sábados e domingos. Até lá deveria estender-se, ao plenamente justificado, o poder de polícia do Estado. Demais, quer-nos parecer que, a ter cabimento, exercê-lo competiria antes às autoridades locais que às autoridades nacionais. Assim, louvando embora o alto objetivo social do projeto, opinamos contra ele, pelas dúvidas que suscita quanto à sua constitucionalidade".

Fonte: Acervo do Jornal O Globo.

Figura 29: Recorte de Jornal.



O GLOBO Quarta-feira, 16/ 9/ 81 GRANDE RIO • 9

OAB-RJ: É abuso enquadrar desempregado por vadiagem

O presidente da Seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Francisco Costa Neto, considerou "um abuso intolerável" o enquadramento, por vadiagem, do mensageiro desempregado José da Silva Waldir, de 18 anos, detido por policiais da 8ª DP, e solto anteontem por força de habeas-corpus concedido pelo juiz da 7ª Vara Criminal, Álvaro Mayrink da Costa.

— Não há absolutamente nada que possa permitir à polícia caracterizar como vadio o homem comum que, por azar, não tenha consigo seus documentos — disse ele. A seguir esse caminho, chegaremos ao absurdo de prender em flagrante o verdadeiro culpado de desempregados existentes. O artigo número 59 da Lei de Contravenções Penais é claríssimo: "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência... Como é que a polícia pode conhecer que o rapaz habitualmente se entrega à vadiagem?

REVÓLVER

José da Silva Waldir foi preso num estacionamento do metrô quando estava com um revólver de brinquedo no bolso, que disse ter encontrado na rua. Para o delegado titular da 8ª. DP, Gastaro Fabiano Franco, o flagrante de prisão por vadiagem se enquadrou "na tipicidade da lei". Os detetives que o prenderam, Nélson Xavier Palmieri e Júlio César Mulatinho, negaram que o rapaz estava "com plena sanidade, não fazendo prova de trabalho nem que mantinha a subsistência de forma lícita". Para o delegado, José "certamente pretendia assaltar alguém".

O presidente da OAB-RJ sustentou que José Waldyr não poderia também ser preso por causa do revólver de brinquedo, a menos que conseguisse enganar e assaltar alguém utilizando-o:

— Na verdade, a desgraça dele foi ser pobre e estar desempregado, pois o mesmo artigo legal que condena o adepto do ócio tenha prova de rendimentos exceto o ocioso, o vadio que tem renda. A pena para a vadiagem é de 15 dias a três meses de prisão, e, tratando-se de contravenção inafiançável, resta ao pobre a esperança de gastar na loteria esportiva, porque o mesmo artigo diz em seu parágrafo único: "A aquisição superveniente de renda que assegure condenado meios bastantes de subsistência extingue a pena".

LEI SELETIVA

No entender do advogado trabalhista Nilo Batista, conselheiro da OAB, o artigo que enquadra a vadiagem como contravenção penal é injusto e elitista, na medida em que "viola os princípios de igualdade, quando só condena o pobre que não está fazendo nada e não tem renda, deixando livre o rico que não faz nada mas tem renda". Segundo o advogado, a prisão por vadiagem tornou-se um mau hábito policial, usado para deter alguém considerado suspeito:

— A contravenção da vadiagem assenta na história do Direito, no início do século 19, com a Revolução Industrial. Seu objetivo declarado era assegurar a força de trabalho para a expansão industrial. Hoje, nesses tempos de recessão, ela se presta para legalizar um tipo de prisão ilegal, quando se quer deter uma pessoa que não estaja praticando um delito. Preocupo-me sempre a caracterização do vadio como uma pessoa pobre e mal vestida, pois ninguém vai pedir documentos e exigir prova de trabalho do alguém de boa aparência e bem vestido só porque não está fazendo nada.

Na Secretaria de Segurança, a assessoria de imprensa não quis fazer qualquer comentário sobre o despacho do juiz Álvaro Mayrink da Costa que concedeu habeas-corpus a José da Silva Waldir e revogou sua prisão em flagrante.

Motorista que quis morrer já trabalha como servente

O motorista Paulo César Martins Ferreira, que, desesperado por estar há seis meses sem emprego, tentou anteontem se atirar do alto da Catedral Metropolitana, começa hoje a trabalhar como servente de uma empresa de navegação com um salário mensal de Cr$ 33 mil. Sua contratação foi acertada ontem de manhã, quando ele foi ao Centro conversar com o diretor-gerente da empresa, Cláudio Araújo, irmão do dono da empresa, no mesmo. No último emprego como motorista, ele ganhava Cr$ 33 mil por mês.

PEDIDO DE EMPREGO

O ajudante de impresser José Ribamar Mendes de Sousa, que anteontem salvou a vida do motorista Paulo César Martins Ferreira, chamando os bombeiros quando ele se preparava para pular, também conseguiu emprego. Ele foi contratado para trabalhar como ajudante de impresser na gráfica do jornal O Dia.

Vadios e desempregados

UMA DECISÃO do juiz Álvaro Mayrink da Costa pode servir para colocar em seus devidos termos a questão da prisão por vadiagem.

A POLÍCIA sempre usou o pretexto da vadiagem para fazer prisões que nenhuma outra razão justificaria. Às vezes, como recurso para deter o suspeito de outros delitos; em geral, para engrossar estatísticas.

PELA LEI, o vadio é apenas aquele que, podendo trabalhar, recusa-se a fazê-lo. Pela interpretação costumeira da polícia, qualquer pessoa sem documentos, ou sem prova de que estaja trabalhando, pode ser detida.

SEGUNDO esse critério, o desempregado que escalou a parede da Catedral Metropolitana poderia ser autuado ao bater os pés no chão, de volta de sua louca aventura. No entanto, era apenas um homem levado ao desespero, talvez desequilibrado, mas certamente honesto... O episódio mostra como é odioso o critério da presunção de culpa, atual ou futura, dos desocupados contra a vontade.

EXISTEM verdadeiros vadios, e a polícia pode até achá-los. Mas não os procure na legião de desempregados que vagueiam pelas ruas em busca de trabalho e sustento.

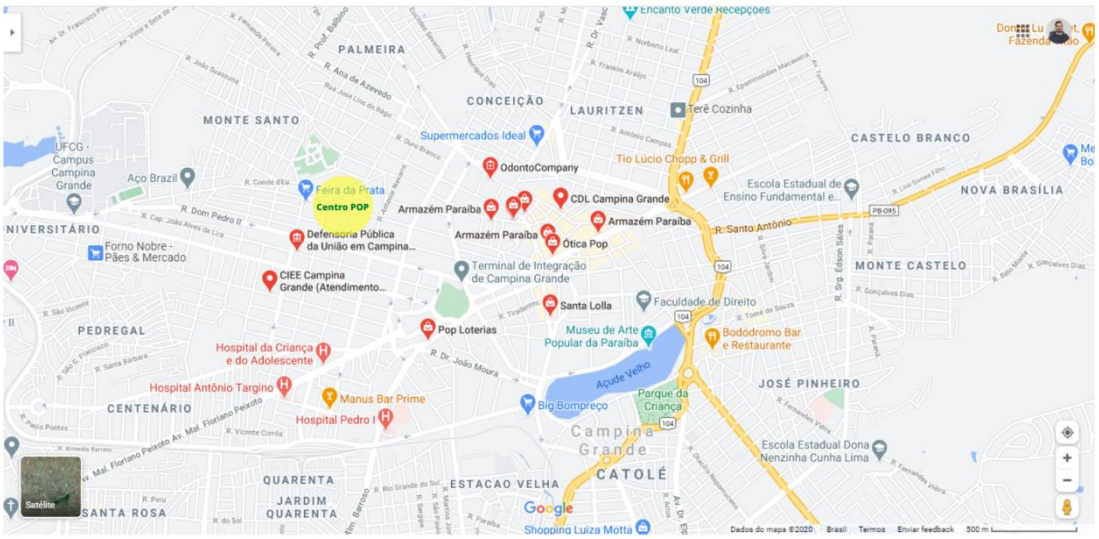
Fonte: Acervo do Jornal O Globo.

Figura 30: Inauguração do Centro POP em Campina Grande (2014).



Fonte: Portal Click PB.

Figura 31: Mapa da região central de Campina Grande.



Fonte: Google Maps.

Figura 32: Registro de atividade pedagógica com os usuários no Centro POP.



Fonte: Arquivo do autor (2017).

ANEXO II – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Questionário elaborado para os funcionários da equipe multiprofissional que operacionaliza o Centro POP em Campina Grande-PB.

1. Identificação (preservando a identidade real dos entrevistados):_____
2. Formação Profissional?
3. Você recebeu algum tipo de formação ou treinamento para atuar no Centro POP? Se sim, como foi?
4. Quando e como foi o primeiro contato com a instituição? Trabalha nela há quanto tempo?
5. Primeiras impressões?
6. Se sente seguro(a) onde trabalha? Já presenciou alguma situação de conflito?
7. Como a equipe se organiza/ divide/ funciona?
8. Que são os usuários?
9. Como é a chegada do usuário à instituição?
10. Como é a rotina no Centro?
11. Há divisão de tarefas?
12. Você acredita na Política Pública para a População em Situação de Rua? Mudaria algo? Se pudesse, o que mudaria?
13. Como o usuário é convencido de permanecer no Centro?
14. Você é fiscalizado ou presta alguma conta do seu serviço?
15. Quais as situações/ histórias que mais te marcaram?
16. Você recomendaria o Centro POP?